



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
CAMPUS CHAPECÓ
CURSO DE LICENCIATURA EM CIÊNCIAS SOCIAIS**

ARYEL LAMED DAVID CACAU

**O PROCESSO DE POLITIZAÇÃO NAS OCUPAÇÕES SECUNDARISTAS DE 2015
EM SÃO PAULO**

**CHAPECÓ
2021**

ARYEL LAMED DAVID CACAU

**O PROCESSO POLITIZAÇÃO NAS OCUPAÇÕES SECUNDARISTAS DE 2015 EM
SÃO PAULO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Licenciatura em Ciências Sociais da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), como requisito para obtenção do título de graduação.

Orientador: Prof. Dr. Cassio Brancaleone

Co-orientador: Prof. Dr. Leonardo Rafael Santos Leitão

CHAPECÓ

2022

Bibliotecas da Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS

Cacau, Aryel Lamed David

O processo de politização nas ocupações secundaristas de 2015 em São Paulo / Aryel Lamed David Cacau. -- 2022. 69 f.:il.

Orientador: Cassio Cunha Soares

Co-orientador: Leonardo Santos

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal da Fronteira Sul, Curso de Licenciatura em Ciências Sociais, , 2022.

1. Movimento Estudantil. 2. Ocupações Escolares. 3. Práxis Política Estudantil. 4. Politização. I. Soares, Cassio Cunha, orient. II. , Leonardo Santos, co-orient. III. Universidade Federal da Fronteira Sul. IV. Título.

ARYEL LAMED DAVID CACAU

**O PROCESSO DE POLITIZAÇÃO NAS OCUPAÇÕES SECUNDARISTAS DE 2015
EM SÃO PAULO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Licenciatura em Ciências Sociais da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), como requisito para obtenção do título de graduação.

Este trabalho de conclusão foi defendido e aprovado pela banca em: 16/05/2022

BANCA EXAMINADORA

Cassio Cunha Soares

Profº Drº. Cassio Cunha Soares - UFFS
Orientador

Leonardo

Profº Drº Leonardo Rafael Santos Leitão - UFFS
Co-orientador

Daniel Francisco de Bem

Profº Drº Daniel Francisco de Bem - UFFS
Avaliador

Lia Pinheiro Barbosa

Profª Draª Lia Pinheiro Barbosa - UECE

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço a Bernardo Carneiro Cacau Junior e Maria Linete Davi Cacau, pelo apoio incondicional. Por estarem ao meu lado, mesmo tão fisicamente longe de mim, por fazerem parte dessa jornada de cinco anos junto comigo, entre idas e vindas a São Paulo e acompanharem minha maturidade crescer. Agradeço por todos os esforços que fizeram para que eu pudesse ter acesso à educação de qualidade, para que eu tivesse oportunidades que não foram acessíveis a vocês. Agradeço, inclusive, por indiretamente despertarem em mim uma paixão pela educação, através de sua preocupação com educar a mim e minha irmã. Acima de tudo pelo amor que sempre me transmitiram e transmitem. Amo vocês. À minha irmã, Joanna Dalleth, por ser minha parceira a vida toda, a quem posso confiar plenamente, a irmã mais velha que me inspirou em muitos âmbitos diferentes da vida, e principalmente por ser quem abriu as portas no caminho do olhar crítico ao mundo.

Aos irmãos que a vida me deu: Fabricio Ramos, Rafael Mario e Marina Moreira, por me mostrarem e me darem a possibilidade de poder crescer com uma amizade tão próxima, duradoura e cheia de companheirismo que passou a ser um laço de amor familiar.

A “meu bem” André Schervinski por me dar um amor repleto de companheirismo, parceria e confiança. Por estar ao meu lado em momentos difíceis, e também nos mais simples, a quem fez com que minha vida em Chapecó fosse mais leve pois fez morada ao meu lado.

À Natália Dias, Jennyfer Ester, Artie Köenig, Eduarda de Oliveira, Agnes Eduarda, Iago Brito, Karize Rizzoto, Lorenzo Miashi e todos amigos que passaram por minha trajetória na UFFS e compartilharam comigo as dificuldades e alegrias da graduação.

Aos meus professores da graduação, em especial Claudete Soares e Valdete Boni pela empatia e cuidado com que trataram seus estudantes. Por me darem ensinamentos maiores do que as matérias poderiam me dar.

Aos orientadores Cassio Cunha Soares e Leonardo Santos por aceitarem me guiar neste trabalho, mesmo em tão pouco tempo, principalmente pela compreensão e empatia com que me orientaram e acreditaram em minha escrita. Agradeço também a Danilo Enrico Martuscelli pela orientação nas fases iniciais da pesquisa.

Em especial agradeço ao professor João Carlos Cassiano Ribeiro, que não apenas foi - e continua sendo - um grande professor de sociologia, e a quem hoje me inspiro, mas também um grande amigo. Por fim, e não menos importante, aos meus colegas da luta secundarista de 2015 que me mostraram que só a luta muda a vida.

*Now action must be taken
We don't need the key, we'll break in
I've got no patience now
So sick of complacency now*

Rage Against The Machine

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo explorar um possível processo de politização no período da luta secundarista paulista de 2015 contra o projeto de reestruturação escolar do governo Geraldo Alckmin. Utilizamos da análise empírica de bibliografias como base de pesquisa, bem como elementos da subjetividade da etnobiografia ao colocar a autora dentro do objeto de estudo, uma vez que esta também foi participante das ocupações secundaristas em 2015. Construindo primeiramente um resgate histórico dos acontecimentos através das tensões entre o governo de São Paulo e os estudantes - com base em pesquisas realizadas sobre este acontecimento histórico, bem como matérias de jornais da época, publicações da época nas redes sociais que servem como documento, e também contribuições próprias de memórias da luta. No segundo capítulo, aprofundamos nas três dimensões da práxis estudantil: a) reivindicações, b) métodos de luta, c) adesão estudantil e popular. Compreendendo a práxis política estudantil podemos traçar conexões entre ela e processos de politização, relacionando o acontecimento histórico e este conceito que diz respeito a um “despertar político” hipotético.

Palavras-chave: movimento estudantil, ocupações, práxis política estudantil, politização, juventude.

ABSTRACT

The objective of this research work is to explore a possible process of politicization in the period of the São Paulo high school students political activism of the year 2015 against the public school restructuring project of the government of Geraldo Alckmin. Using the empirical analysis of bibliographies as a research base, as well as elements of the subjectivity of ethnobiography to place the author within the object of study, once they were also a participant of the high school occupations in 2015. Firstly, constructing a historical reconstruction of the events through the political tensions between the government of São Paulo and the high school students - based on research concerning this historical event, as well as newspaper articles of the period, publications of the period on social networks as documents of the time, and also my own memory as participant of this political struggle. In the second chapter, we delve into the three dimensions of student practice: a) demands, b) methods of struggle, c) student and popular support. Understanding student political praxis we draw connections between it and politicization processes, relating the historical event and this concept regarding a hypothetical "political awakening".

Keywords: student activism, occupations, student political praxis, politicization.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 - Vamos tomar as escolas! (Parte da frente do panfleto).....	22
FIGURA 2 - Vamos tomar as escolas! Parte de trás do panfleto (I).....	23
FIGURA 3 - Vamos tomar as escolas! Parte de trás do panfleto (II).....	23
FIGURA 4 - Linha do Tempo da Reorganização.....	35
FIGURA 5 - Reivindicações (ato unificado da Zona Sul).....	40

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

SP	São Paulo
APEOESP	Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo.
UBES	União Brasileira dos Estudantes Secundaristas
UJS	União da Juventude Socialista
UMES	União Municipal dos Estudantes Secundaristas
UNE	União Nacional dos Estudantes
UPES	União Paulista de Estudantes Secundaristas
CIMA	Coordenadoria de Informação, Monitoramento e Avaliação Educacional
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PSOL	Partido Socialismo e Liberdade
PSTU	Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado
SARESP	Sistema de Avaliação de Rendimento Escolar de São Paulo
SEADE	Sistema Educacional de Análise de Dados
MBL	Movimento Brasil Livre
M.E.	Movimento Estudantil
E.E.	Escola Estadual

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
CAPÍTULO 1 - Das Tensões entre os estudantes e o governo de São Paulo	14
CAPÍTULO 2 - As três dimensões da práxis política estudantil.	36
2.1 Reivindicações	39
2.2 Métodos de Luta	43
2.3 Processo de adesão estudantil e popular	47
CAPÍTULO 3 - O processo de politização na luta secundarista de 2015.	51
Conclusão	61

INTRODUÇÃO

Este trabalho tratará sobre a luta contra a “reorganização escolar” dos secundaristas do Estado de São Paulo em 2015. A “reorganização” foi um projeto de dimensões estaduais que separaria escolas em ciclos escolares (Fundamental I, Fundamental II e Ensino Médio), limitando cada escola a uma destas etapas. Por consequência, fecharia 94 escolas (como inicialmente divulgado) de todo o Estado. De um pouco mais de 5.000 escolas no Estado, o plano inicial era de aproximar-se de 50% das escolas com ciclo único:

[...] inicialmente, 754 escolas que atendiam a diferentes etapas de ensino passariam a funcionar no modelo de ciclo único, mas o previsto seria que, a partir de 2016, 43% das escolas do estado passassem a funcionar como escolas exclusivas. Segundo dados do site [da Secretaria da Educação] “cerca de 340 mil alunos serão impactados pela reorganização das escolas” que seriam transferidos para outras escolas [...] (BRITO, 2018, p. 39)

O projeto foi criticado desde seu anúncio em setembro de 2015, feito sem diálogo prévio com a comunidade escolar, já tinha planos de entrar em vigor no início de 2016. Gerou um desconforto geral, e com ele, dúvidas de como todas essas mudanças aconteceriam em tão pouco tempo. A notícia se espalhou rapidamente.

Questionamentos surgiram da parte da comunidade escolar: como lidar com pais com mais de um filho em uma mesma escola? Para onde iriam os alunos? Teriam estes pais que dobrarem seu tempo para buscar seus filhos na escola? Para que fechar 94 escolas? O que seria feito destes prédios? Não seria esta uma tentativa de cortar gastos da educação?

Logo as respostas ao projeto estariam nas ruas: o período entre o final de setembro e o início de novembro foi marcado por passeatas organizadas pelos próprios estudantes, acompanhados também por apoiadores – profissionais da educação, universitários e entidades estudantis, movimentos sociais da esquerda variados. Estes protestos tiveram um aumento de participação crescente, e uma unificação de outros setores sociais com os estudantes. “Mais precisamente foram identificados 163 protestos, mas a quantidade de atos certamente é maior [...]” (CAMPOS; MEDEIROS; RIBEIRO, M., 2016, p. 31). O Estado, porém, se recusa a estabelecer o diálogo adequado, para situação, ignorando as movimentações dos secundaristas, que não enxergam um horizonte positivo para sua luta, esvaziando as ruas ao longo do mês de outubro. Mas no dia 09 de novembro de 2015, uma tática já conhecida pelos

estudantes da América Latina se reergue: as ocupações¹. Inspirados (direta ou indiretamente) pela “Revolução Pinguina” no Chile, ocupações começaram a “pipocar” em todo o Estado: geralmente de madrugada os alunos entravam em suas escolas, trocavam seus cadeados e as tomavam para si. Essa experiência de autogestão teve seu ápice com aproximadamente 213 escolas ocupadas no início de dezembro.

Essa trajetória da movimentação estudantil tratada até aqui é composta por uma série de tensões políticas: a cada passo dado pelos estudantes, outro era dado por parte do governo - através das ferramentas institucionais que poderia utilizar. E cada ação do governo, tinha uma reação dos estudantes. Neste trabalho busco explorar através de uma fundamentação de resgate histórico, a tensão das relações entre governo e movimento secundarista, focando nas três dimensões da práxis política estudantil: a) reivindicações, b) métodos de luta (ações diretas) e c) estratégias de adesão estudantil e popular ao movimento, com o objetivo de analisá-las e discutir um possível processo de politização dos estudantes envolvidos na luta secundarista de 2015.

A partir do entendimento da luta secundarista como fator de resistência à uma política pública sustentada na ideologia do Estado – que tentava desesperadamente trazer adeptos, convencer-nos da sua razão - pretendemos refletir neste trabalho sobre as seguintes questões: Seria esta forma de resistência parte de um despertar político dos agentes resistentes? Através da análise das dimensões da práxis do movimento, é possível afirmar que houve um processo de politização com os agentes da luta? O envolvimento no movimento estudantil é marcado como um processo de ruptura na vida dos estudantes que participaram?

Entendo que são questões interessantes que abarcam o campo da sociologia política e também os estudos sobre juventude. Estudar sobre movimentos sociais da juventude me parece necessário, ainda mais quando as leituras tradicionais deste assunto se referiam comumente à categoria do jovem universitário, mas não costumavam incluir os secundaristas nestes estudos. Hoje, inclusive com o crescimento das pesquisas sobre a temática das ocupações secundaristas de São Paulo de 2015 e as ocupações nacionais de 2016, vemos este cenário mudar a passos curtos e recentes no país.

A construção do problema de pesquisa vem também de uma reflexão própria. Fiz parte do movimento que hoje faço de objeto de pesquisa. Ocupei minha escola junto aos meus colegas, estive em protestos pré-ocupação, e também nos trancaços - protestos em que

¹ Presentes também em outras lutas sociais no Brasil, como no Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, por exemplo.

colocávamos nossas cadeiras em frente a cruzamentos movimentados da cidade nos horários de pico. A subjetividade que motiva meu projeto é também a que me indaga: existe uma curiosidade de observar de um outro ângulo - o de cientista social em formação - um fenômeno político do qual fiz parte. Considero este trabalho como um desafio que me proponho a cumprir. Pois ao mesmo tempo que é uma questão delicada e importante da minha vida pessoal, agora também é objeto de estudo.

Utilizarei a pesquisa de metodologia qualitativa empírica como base para este estudo, uso também de elementos da etnobiografia² para imprimir minha subjetividade enquanto agente pertencente ao movimento estudantil da época, sem pretender, porém, tomar minha experiência como “régua” para análise do trabalho, fazendo algumas contribuições pontuais em seu desenrolar.

No primeiro capítulo deste trabalho, analisarei notícias do período de lutas – entre 23 de setembro de 2015 até a última desocupação em janeiro de 2016 - do movimento estudantil secundarista contra a Reorganização, extraídos de jornais tradicionais como o G1 São Paulo e a Folha de São Paulo; um arcabouço bibliográfico expansivo de pesquisas que dizem respeito à luta secundarista de 2015, principalmente através do livro “Escolas de Luta” de Campos; Medeiros e Ribeiro, M. (2016), a pesquisa nas redes sociais: as páginas de Facebook que eram cruciais para as atualizações sobre as escolas ocupadas, e que hoje funcionam como um verdadeiro acervo histórico disponível: “O Mal Educado” e a “Comando das Escolas Ocupadas”, renomeada para “Secundaristas em Luta de São Paulo” – mas que ainda contém as publicações da época - a página “Não Fechem Minha escola”, “Jornalistas Livres”, entre outras.

Esse compilado histórico é conectado e submetido às análises teóricas no segundo capítulo para compreendermos as três dimensões da práxis do movimento estudantil de 2015: a) reivindicações, b) métodos de luta (ações diretas) e c) adesão estudantil e popular. Neste mesmo capítulo discutiremos a noção do estudante pertencente a uma categoria estudantil e à

²[...] a etnobiografia recusa a separação entre discurso, linguagem e experiência, insistindo na qualidade produtiva do discurso. Da mesma forma, o conceito de etnobiografia afeta necessariamente não só o modo como tratamos as histórias que os sujeitos etnográficos nos contam, mas também como contamos nossas histórias etnográficas sobre essas histórias e seus personagens-pessoas. Em outras palavras, a etnobiografia implica uma dimensão metanarrativa da etnografia, em que o lugar da agência da própria narrativa etnográfica torna-se objeto etnográfico. (GONÇALVES; MARQUES; CARDOSO., 2012, p. 10)

juventude, abrimos a possibilidade da conexão entre essas duas categorias com movimentos de rebeldia e contestação ao utilizarmos a teoria de Marialice Foracchi e Leo Liberato.

No terceiro capítulo aprofundo nas questões centrais do trabalho: discutir o termo de politização e sua conexão com a luta paulista de 2015 a partir da práxis apresentada no capítulo anterior. Alguns limites interpretativos, bem como apontamentos breves sobre o que impulsiona o estudante a movimentar-se politicamente. Apresento indícios de comportamentos que podem abarcar o processo do despertar político dos estudantes secundaristas.

Concluiremos com possíveis consequências trazidas por processos de politização, bem como compreender a luta secundarista de 2015 enquanto elemento de ruptura social e política para seus agentes.

CAPÍTULO 1 - Das Tensões entre os estudantes e o governo de São Paulo

Em 23 de setembro de 2015 o Governo de São Paulo, por intermédio do então Secretário da Educação Herman Voorwald, anunciou no noticiário “Bom dia SP” (Rede Globo) o projeto intitulado “Reorganização Escolar”. Tratava-se de uma nova estratégia pretensiosamente “pedagógica” do governo, uma empreitada que mudaria a vida escolar de estudantes e de seus familiares. O objetivo principal deste projeto era separar as escolas estaduais em ciclos escolares: cada unidade teria por exclusividade o Fundamental I, o Fundamental II (anos iniciais), ou Ensino Médio. Deste modo, para o governo as escolas deixariam de ter “espaços ociosos” – uma das justificativas para a organização por ciclo – e, por consequência, também fecharia 94 escolas.

Nesta entrevista, Voorwald justificou a abrupta mudança da organização escolar da seguinte maneira:

[...] houve uma redução de 2 milhões de alunos na rede [estadual escolar] (...) a estrutura física que foi preparada há mais de vinte anos pra receber mais de 6 milhões de alunos num processo de universalização (...) Hoje por conta desta queda na taxa de natalidade, viabiliza a que eu tenha escolas ociosas. Então essa ação de separar por segmento é fundamental porque o próprio INEP publicou agora um relatório em 2015 mostrando o seguinte: quanto menos complexa a gestão da escola, melhor o resultado de aprendizagem. (...) Uma escola complexa [de gestão] é uma escola que tem os três ciclos (...) Esse é o movimento: separar por ciclos, a gestão mais simples viabilizará que a ação educativa ocorra de forma mais correta. (VOORWALD, 2015a)

Porém, em matéria publicada pelo Estado de São Paulo no mesmo ano, Voorwald admite a superlotação das escolas:

O fechamento das unidades é defendido pelo governo como forma de adequar o tamanho da rede física ao número de alunos, que vem caindo ao longo dos anos. Mas há escolas com média por sala superior a 50 alunos no 3.º ano do ensino médio, por exemplo. [...] O fechamento das escolas ainda surge no momento em que os governos precisam colocar na escola, até 2016, todos os jovens de 14 a 17 anos. Cerca de 260 mil jovens paulistas que deveriam estar no ensino médio (de 15 a 17 anos) estão fora da escola, segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios. **Desafio.** O secretário Herman Voorwald admitiu ao Estado que há turmas superlotadas, mas argumenta que são minoria. Segundo ele, isso ocorre “onde há densidade populacional maior e dificuldade enorme de construir escolas”. (TOLEDO; SALDANA; VIEIRA, 2015, grifo do autor)

Esta seria uma das variadas contradições com que o governo do Estado trataria o projeto da reorganização escolar, que chega às massas de sopetão: em entrevista ao vivo para o programa de notícias matinal da Rede Globo. As 91 diretorias de ensino ainda não tinham

acesso ao projeto completo, apenas a um plano da Secretaria da Educação, pois segundo Voorwald (2015a), existia um conglomerado de propostas das diretorias, e o projeto final proposto pela Secretaria da Educação seria apresentado a elas em reunião posterior. Mas é durante a entrevista que Voorwald divulga o projeto a todos. Além do anúncio da reunião com as diretorias regionais, aconteceria o “Dia E” da educação - marcado para o 14 de novembro, em que a comunidade escolar se reuniria nas escolas: “[...] serão informados da escola pra onde seu filho está indo, com o conceito da escola de segmento único” (VOORWALD, 2015a). É possível identificar a intenção de apenas informar os pais e os alunos de forma impositiva, e não marcar um diálogo de proposições e trocas, colocando a Reorganização como política pública confirmada.

No mesmo dia da entrevista, horas depois, Hermann apresenta o projeto de Reorganização Escolar em título de aviso e comunicação no Conselho Estadual de Educação em reunião (conforme Ata 2571^a de Sessão Plenária Ordinária). Mas é durante a reunião com as diretorias regionais supracitada, dia 29/09/2015, uma videoconferência para as Diretorias de Ensino, que o secretário da educação reafirma a falta de comunicação prévia à comunidade escolar:

A contextualização eu a fiz por diversas vezes ao longo da semana passada, quer seja por televisão - que é a maneira de me comunicar com uma rede tão extensa em 645 municípios do Estado de São Paulo, é através da televisão. Então a estratégia foi apresentar em primeira mão para os profissionais da secretaria da educação: professores, diretores, pais, alunos, qual era a essência da reorganização. Depois através da imprensa escrita - inclusive hoje com um artigo que hoje publiquei no Folha de São Paulo. [...] (VOORWALD, 2015b)

O projeto não foi - e não tinha a pretensão de ser - construído junto com diálogo da comunidade escolar. Ele é resposta de pesquisas quantitativas realizadas pelo Sistema Educacional de Análise de Dados (SEADE), e pela Coordenadoria de Informação, Monitoramento e Avaliação Educacional (CIMA):

Os argumentos apresentados para a mudança, além da simplificação da gestão, eram essencialmente dois. O primeiro se baseava em dados coletados pela Fundação Seade [...] que indicariam que a rede estadual de ensino perdeu cerca de dois milhões de alunos nos últimos dezessete anos e, portanto, segundo a Secretaria, haveria salas ociosas nas escolas. O segundo se fundamentava em um estudo conduzido pela Cima [...] que sugeria que o desempenho dos alunos nas escolas de ciclo único seria superior (supostamente 10% acima da média). (CAMPOS; MEDEIROS; RIBEIRO, M., 2016, p. 28)

Este é apenas o início de uma série de tensões causadas por esta política pública estadual que prometia reformar o ensino. A resposta foi praticamente imediata: começa uma ampla discussão nas redes sociais, inicialmente feitas em páginas de escolas, comentários em postagens de *Facebook*.

Por estarem sempre utilizando as redes como instrumento fundamental de luta, criando muitas hashtags, publicações, abaixo-assinados, além de diversos comentários nas páginas de Facebook das escolas e seus grêmios – inclusive na página oficial da Secretaria de Estado da Educação (Januário et al., 2016) – rapidamente as passeatas locais se unificaram e ganharam mais intensidade. (TORI; HOMMA; FIACADORI, 2020, p. 106)

Um dos primeiros registros sobre mobilizações nas redes, segundo Campos; Medeiros e Ribeiro, M., foram iniciativa espontânea de estudantes, um dia após o anúncio da reforma: “cinco deles [secundaristas da E.E. Carlos Gomes] criaram um evento no Facebook (chamado ‘Luta Pela Educação’) e vários alunos passaram a usar a página para discutir o assunto e decidir quais seriam as providências a serem tomadas.” (2016, p. 33). Hashtags são levantadas - como “#AEscolaÉNossa”, e a promessa de levar a indignação ao projeto para as ruas se faz presente nesta mesma página. Embora seja um caso específico, este cenário se repetiu durante toda a luta secundarista estudantil de 2015, estabelecendo as redes sociais como ferramentas importantes de mobilização.

O efeito do falatório nas redes foi rápido: logo na semana seguinte da notícia do projeto de Reorganização, começa a crescente presença estudantil nas ruas: “Foi um verdadeiro levante. Nesta explosão de indignação, verificamos cerca de 40 atos na primeira semana de mobilização (de 28/09 a 04/10)” (CAMPOS; MEDEIROS; RIBEIRO, M., 2016, p. 42-43). Barrar a reorganização escolar era a reivindicação principal: alunos seriam retirados de suas escolas, realocados para outras que seriam determinadas pelas secretarias regionais e além da bagunça instaurada pelo governo do Estado, seriam fechadas mais 94 escolas (acreditou-se número por muito tempo, até a lista abaixar para 93 escolas). Inicialmente estes protestos aconteceram em regiões diferentes do Estado, em frente à escolas, muitas vezes em direção à Diretorias de Ensino, estes protestos não contavam com grande número de participantes, mas sua frequência e até mesmo expansão em dimensões estaduais chamavam atenção da imprensa, da opinião pública, do governo, e também de outros estudantes a serem atingidos, que cada vez mais tomavam ciência da situação criada pelo governo estadual. Entre o começo de setembro e o final de outubro se tem registro de 163 atos, organizados

inicialmente e majoritariamente por estudantes, seguidos do apoio de partidos políticos, organizações da esquerda e entidades estudantis.

Na segunda semana de mobilização, um ato foi chamado pela E.E. Pedro Saboia e amplamente divulgado pelas redes sociais. Ocorreria dia 06/10, com concentração na Avenida Paulista, no centro de São Paulo, e tinha intenção de reunir estudantes de todas as regiões da cidade e “contou com cerca de 500 estudantes” (CAMPOS; MEDEIROS; RIBEIRO, M., 2016, p. 49). No fim do ato - encerrado na Secretaria da Educação de São Paulo - Voorwald recebeu uma comissão de estudantes, ao que apenas repetiu as informações já conhecidas, sem abrir para negociações ou abertura para a flexibilização da reforma³. Até então o projeto estava turvo: não havia muito por escrito, era quase como um “contrato falado”, uma conversa, que se concretizaria como política pública de governo do estado. Tanto é, que a divulgação dos possíveis nomes das instituições a terem suas atividades encerradas ocorreu primeiramente por intermédio da APEOESP⁴ (Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo) no dia 09 de outubro. Nesta lista, seriam 155 escolas, contrariando o número posteriormente divulgado por meio da fala de Voorwald em programas de TV, de 94 escolas. Apenas em 28 de outubro a Secretaria da Educação lançou sua lista oficial, contendo 93 escolas a fechar em sua na lista (pela desistência do órgão em fechar uma escola em Sorocaba).

A próxima mobilização central foi um episódio especial para a análise do início da disputa política entre entidades estudantis organizadas e grupos autônomos organizados. Neste mesmo dia 09 de outubro, um ato com concentração na Avenida Paulista aconteceu com a presença da UMES (União Municipal dos Estudantes Secundaristas) em um carro de som, estudantes do G.A.S. (Grupo Autônomo Secundarista), e secundaristas independentes. Segundo o que foi divulgado pela UMES na época, mais de 1200 secundaristas se fizeram

³ Segundo a matéria do site de notícias G1 “*Grupo protesta contra mudanças em escolas estaduais em SP*” publicada no dia 06 de outubro de 2015, “Segundo a Secretaria da Educação, representantes dos alunos e de entidades foram recebidos durante a tarde pelo secretário Herman Voorwald. Na reunião, segundo a pasta, foi apresentado ‘com detalhes o projeto de reorganização da rede estadual’ (G1, 2015)

⁴ Conforme matéria divulgada no portal da APEOESP em 09 de outubro de 2015: “*Confirma a lista das escolas de SP que podem fechar, segundo o sindicato*”. “A Apeoesp (sindicato dos professores) fez um levantamento das escolas da rede estadual que receberam um aviso e poderiam fechar em razão da reorganização promovida pela Secretaria da Educação de SP. A informação foi colhida nas subsedes do sindicato. A pasta, porém, nega a informação.” (SOUZA, 2015). Posteriormente, a informação se mostrou imprecisa, pois o sindicato divulgou o número de 155 escolas, quando nas palavras da Secretaria da Educação, manteve-se o número de 94 escolas.

presentes, dobrando a quantidade do ato central anterior. Quando esses grupos se encontraram na concentração da manifestação, é realizado um *jogral* - tática de comunicação onde uma fala é centralizada e repetida pelos participantes - guiado por estudantes autonomistas, seguido de uma assembleia que definiria os rumos do ato. É então que em cima do carro de som, o presidente da UMES comunica uma rota. Sua fala é recebida à revelia por um grande número de estudantes, que decide separar o ato em dois: os que seguiriam o carro da UMES (que foi dispensado durante o trajeto) até a Secretaria da Educação descendo Rua da Consolação, e os que seguiriam a pé, até a Praça Roosevelt, via 9 de julho. Enquanto os dois atos ainda cruzavam a Paulista, o autonomista à frente do grupo da entidade estudantil, a polícia arbitrariamente utilizou do aparato militar para reprimir o protesto, que seguia pacífico, usando spray de pimenta e desferindo golpes de cacetete em estudantes. Durante o ato, a polícia ainda deteve o jornalista Caio Castor - responsável por uma boa parte do acervo de fotos e vídeos disponíveis da época, contribuindo com uma série de documentários produzidos sobre o movimento contra a reorganização escolar - e o professor do E.E. Raul Fonseca, Luis Carlos de Melo. Durante a revista feita pelos policiais sob esses dois apoiadores, os estudantes autonomistas se juntaram à frente do cerco policial formado aos gritos de: “Não acabou! Tem que acabar! Eu quero o fim da polícia militar!”. Segundo reportagem da G1 SP, os dois foram liberados:

Segundo os policiais do 78º DP, eles foram ouvidos e liberados. Pelo menos um deles deve responder por desacato. Vídeos feitos durante o protesto mostram alunos coçando os olhos, tomando água e com aparente falta de ar após terem sido atingidos por gás de pimenta. [...] A União Municipal dos Estudantes Secundaristas de São Paulo (Umes) informou que os detidos não fazem parte do movimento e se juntaram ao protesto para "causar confusão". De acordo com a UMES, cerca de 1.200 estudantes estão reunidos na Praça da República. (SOARES, 2015)

Chama atenção a decisão da UMES de mencionar dois apoiadores como “causadores de confusão”, já que neste momento, segundo texto publicado na página do Facebook do grupo G.A.S. e citado por Campos; Medeiros e Ribeiro, M. (2016), a entidade estava atrás do ato, e decidiu recuar ao ver o confronto policial:

No meio do caminho a polícia arrastou alguns manifestantes e revistaram de forma bruta, fazendo com que a manifestação liderada pela UMES que seguia a nossa recuasse e nos deixasse para a repressão. Porém, mesmo com a repressão e sob gritos de ‘nenhum pra trás!’, nós estudantes ficamos pressionando a polícia com gritos para liberarem os nossos iguais. A resposta? Várias pauladas de cassetes [cacetetes] [...]. (CAMPOS; MEDEIROS; RIBEIRO, M., 2016, p. 50).

Outro ato é convocado para o dia 15 de outubro e acontece em número reduzido, sem a presença da UMES. A caminhada longa e quente (os indicadores de temperatura das ruas marcavam 36°C, embora esta não fosse a temperatura oficial) do Largo da Batata até o Palácio dos Bandeirantes (residência do governador), não ajudou os poucos estudantes - haviam muitos universitários neste ato - a manterem-se minimamente numerosos até o local de dispersão. Chegando lá, um grupo de mascarados jogou pedras, chutou os portões e enviou fogos de artifício para dentro das imediações do Palácio, ocasionando um confronto com a polícia, que reagiu com bombas de gás lacrimogêneo, dispersando os participantes por completo.

Destacam-se nos dois próximos atos centralizados: 20/10 e 23/10 a presença massiva de organizações ligadas à educação. No dia 20/10, dois atos foram convocados: um por divulgação no facebook com encontro na Praça Roosevelt “(1.200 pessoas, segundo o coletivo Jornalistas Livres)” (CAMPOS; MEDEIROS; RIBEIRO, M., 2016, p. 51), e algumas quadras dali, a APEOESP convidou apoiadores a se reunirem em frente ao prédio Caetano de Campos - a sede da Secretaria da Educação do Estado de São Paulo, na Praça da República. A proximidade entre as manifestações acarretou em uma junção dos manifestantes, e como resultado “Segundo a Apeoesp, o Sindicato dos Professores da rede estadual, cerca de 10 mil pessoas participaram do ato. A Polícia Militar não divulgou estimativa de público.” (DANTAS, 2015). As bandeiras da APEOESP, UBES, UMES, UPES se sobressaíram na multidão de manifestantes. Para a reportagem do G1, a Secretaria da Educação deu respostas que apontam ataques diretos à entidade que toma à frente do ato (APEOESP), e aos que participaram. Na íntegra:

“As manifestações, embora legítimas, não podem desinformar e alimentar em pais e alunos falsos temores. Também não podem sobrepor o direito dos estudantes paulistas por uma educação de mais qualidade.

São Paulo tem atuado para a entrega de escolas melhores, com ambientes mais preparados para cada faixa etária e com profissionais capacitados para atender às necessidades destes estudantes. Manter os alunos da mesma idade juntos é prática comum de alguns dos melhores colégios do País e de países referência em educação.

As informações⁵, ainda não oficiais, propagadas por um sindicato com claras pretensões políticas tenta mais uma vez inviabilizar melhores condições aos alunos e também aos profissionais da rede estadual. A Secretaria lamenta e garante que

⁵ As informações ainda não oficiais diriam respeito à quantidade de escolas a serem fechadas: que para as contas da APEOESP, de acordo com informações dadas pelas subsedes do sindicato, seriam de 155 escolas, número diferente das 94 divulgadas pela Secretaria da Educação posteriormente, e que depois passou a ser 93.

permanecerá atuando por meio do diálogo com os educadores e compromisso com o ensino.” (DANTAS, 2015, grifo do autor)

Embora o ato não tenha sido chamado apenas pelo referido sindicato, a imprensa tendia a associar as manifestações às entidades que se destacavam em número, que reivindicavam a autoria e organização destes atos centralizados. O mesmo se repete com o ato do dia 23/10, um ato de menores proporções, primeiramente chamado pela página “Não feche minha escola!”, com aproximadamente 800 presentes. Dessa vez a UMES toma a frente do ato, e fica como o organizador deste para a mídia (CAMPOS; MEDEIROS; RIBEIRO, M., 2016, p. 52). O coletivo “O Mal Educado”, um dos grandes porta vozes das ações diretas dos estudantes contra a reorganização, em sua página de *Facebook* publicou um texto enviado por um estudante na mesma data do referido protesto:

Um estudante nos enviou o seguinte relato sobre a manifestação de hoje na Paulista

‘Hoje eu acordei cedo pra ir pra manifestação e chegando lá vi que havia uma empresa para organizar o evento, uma tal de UMES. O serviço é bom, a gente não precisou se preocupar com nada, eles cuidaram de tudo sozinhos: decidiram o trajeto do ato, levaram cantores pra puxar as palavras de ordem, enfim, só precisamos acompanhar o carro de som e curtir. Só quero reclamar que senti falta do lanche, porque as pessoas ficaram morrendo de fome na manifestação. É isso gente, não esquentem a cabeça pra lutar contra o fechamento das escolas, chamem o Buffet da UMES que eles já trazem tudo pronto! #ficaadica #UMESbuffet

Abram o olho estudantes!

Se você não está organizado, estarão organizando você!’ (O MAL EDUCADO, 2015a)

Se faz importante fazer um paralelo entre a ascensão do movimento estudantil em 2015 e as jornadas de junho de 2013 a partir deste post. O caráter evidentemente autônomo do levante secundarista têm influências das “jornadas”, e a UMES, enquanto entidade estudantil ao assumir um papel de verticalização durante os atos anteriores às ocupações, se choca com a ideia de autonomia estudantil ao tomar à frente de maneira impositiva:

Aprendendo a usar táticas diversas e se metamorfosear de acordo com as circunstâncias, forjando *relações sociais horizontais*, desprezando a mediação de partidos políticos e despertando a solidariedade de vizinhos, personalidades e do público em geral, o movimento dos estudantes secundaristas pode ser visto como a *primeira flor de junho*, o primeiro desdobramento pleno dos protestos de junho de 2013. [...] não se trata de um impalpável ‘espírito de junho’, mas vivência prática das manifestações que muitos deles tiveram, além da continuidade da cultura organizativa que liga o Movimento Passe Livre (MPL) ao coletivo O Mal Educado e este aos estudantes.

A luta dos secundaristas é herdeira de junho num outro sentido. As manifestações de 2013 tiveram basicamente dois tipos de reivindicações: uma crítica da representação, decorrente da crise de legitimidade do sistema político e a defesa dos direitos sociais, principalmente da educação, saúde e transporte. Esse duplo legado foi dividido entre os campos políticos: de um lado, o próprio MPL, o movimento contra a Copa do Mundo de 2014, o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto e outras iniciativas semelhantes levaram o legado social; de outro, as manifestações convocadas por grupos de direita como Vem Pra Rua e Movimento Brasil Livre levaram adiante o legado ‘antipolítico’ de junho, explorado exclusivamente na chave de combate à corrupção.

Os secundaristas conseguiram, pelo caráter social da sua reivindicação e pelo caráter radicalmente democrático da sua organização, *reunir as duas metades de junho*. (grifo próprio, CAMPOS; MEDEIROS; RIBEIRO, M., 2016, p. 15)

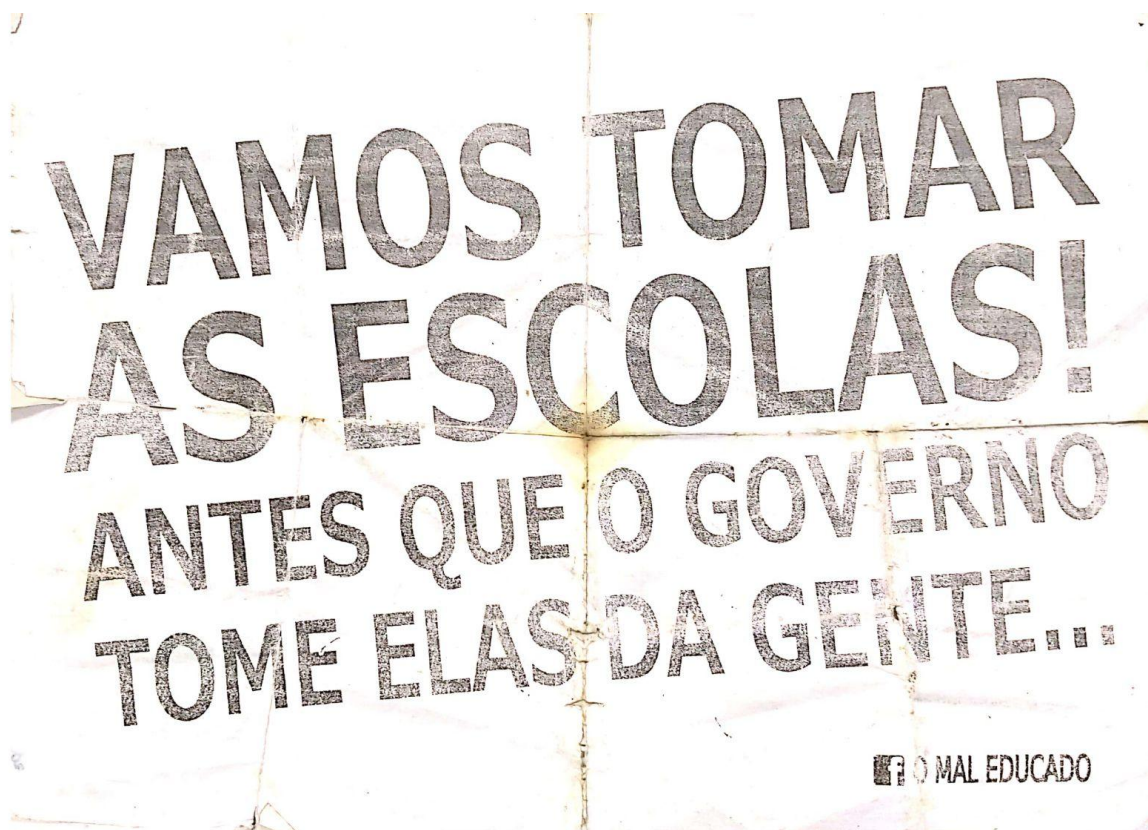
Embora as entidades estudantis num todo (UBES, UPES, UMES, UNE) estivessem presentes em toda a luta contra a reorganização, não conseguiram (embora houvessem tentativas como as descritas até aqui) efetivamente tomar à frente do movimento, estavam, porém, em constante disputa política nas escolas em que conseguiam se inserir durante as ocupações.

A partir deste ato centralizado de 23 de outubro há uma decaída da frequência dos atos, centralizados ou espalhados pelas regiões de São Paulo:

A frustração com a intransigência do governo e a falta de atenção da mídia aos protestos desgasta os estudantes, e as manifestações centrais são reduzidas cada vez mais as entidades e grupos políticos (partidários ou estudantis) [...] Porém não foram apenas os atos centralizados na capital paulistana que foram diminuindo de tamanho; o desgaste também atingiu as manifestações no interior, no litoral e na Grande São Paulo, que caíram abruptamente conforme o mês de outubro chegava ao fim, havendo ainda alguns protestos em diferentes regiões da capital. Estes protestos localizados também se depararam com um governo sem disposição para um verdadeiro diálogo. (CAMPOS; MEDEIROS; RIBEIRO, M., 2016, p. 52)

Esta frustração fez com que os estudantes pensassem em outra alternativa de ação direta. O coletivo “O Mal Educado”, presente na maioria dos protestos centralizados realizados antes das ocupações, organizou e distribuiu uma série de folhetins durante estes atos. Em um deles - embora nos dizeres do verso esteja indicada uma data entre 06 de outubro de 2015 e 09 de outubro do mesmo ano, acredito - não tenho provas documentais que foi exatamente nesse dia, além da minha presença no ato do dia 09 que este que o próprio folhetim convida, como mostra as imagens abaixo:

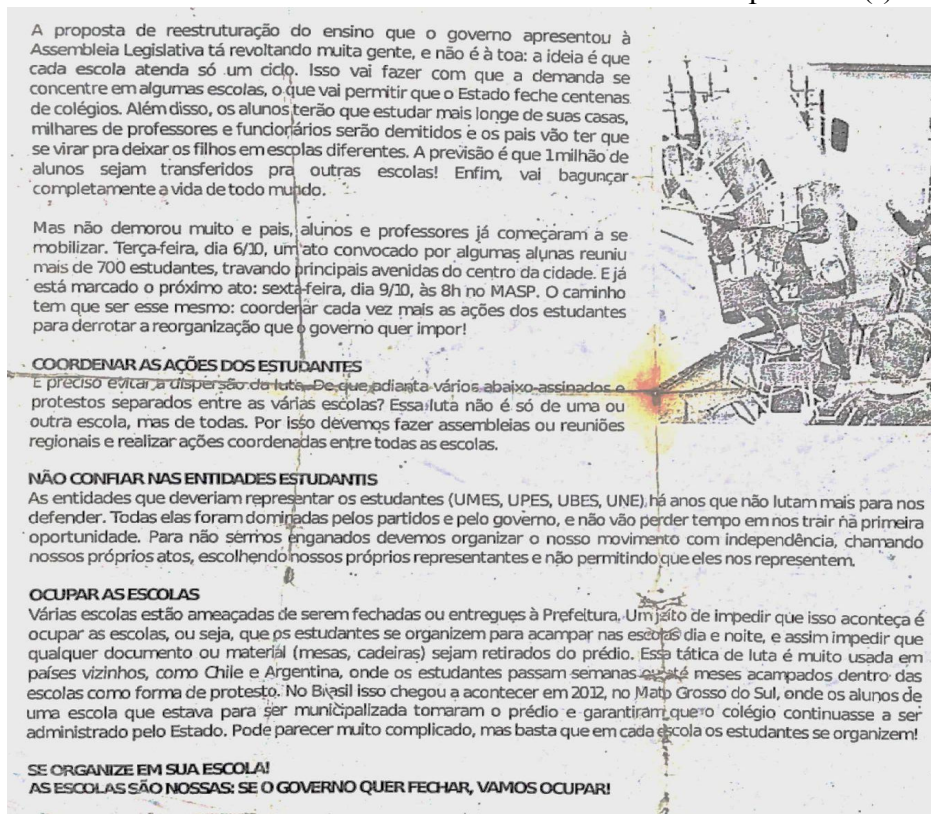
FIGURA 1 - Vamos tomar as escolas! (Parte da frente do panfleto)



FONTE: Panfleto de acervo próprio, desenvolvido pelo coletivo O Mal Educado.

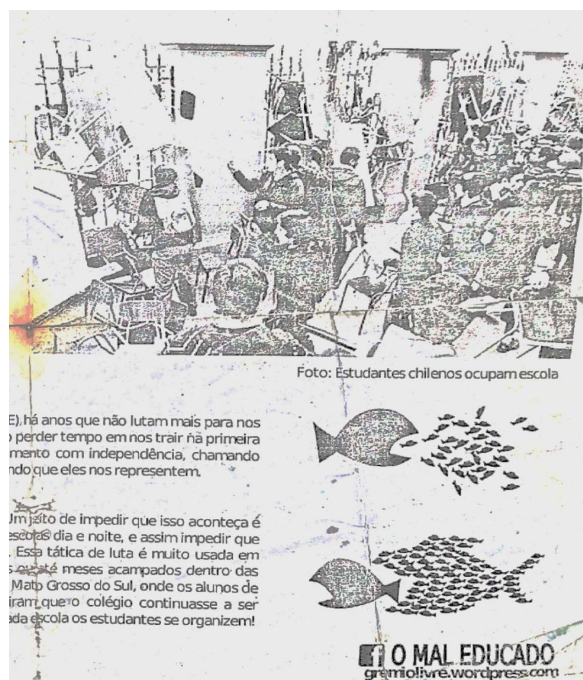
A parte da frente do folheto, porém, aparece em fotos do site de notícias “G1” registradas também no dia 06 de outubro, o que provavelmente indica que o grupo “O Mal Educado” editou entre esses dois dias apenas os dizeres da parte “de dentro” do folheto. Lembro que ao receber o papel em questão surgiu uma surpresa: a parte de “Vamos tomar as escolas!” não era apenas uma analogia, uma vez que o folheto falava sobre casos de ocupações secundaristas ocorridas no Chile, Argentina e também no Brasil:

FIGURA 2 - Vamos tomar as escolas! Parte de trás do panfleto (I)



FONTE: Panfleto de acervo próprio, desenvolvido pelo coletivo O Mal Educado

FIGURA 3 - Vamos tomar as escolas! Parte de trás do panfleto (II)



FONTE: Panfleto de acervo próprio, desenvolvido pelo coletivo O Mal Educado.

A importância deste panfleto como fonte de informação inicial é crucial para entendermos o desenrolar das ações estudantis após as semanas de atos espalhados por todo o estado de São Paulo. Mesmo que este não tenha sido o único dos panfletos, e nem mesmo o mais detalhado (em relação às orientações sobre como ocupar que aludiam o histórico de ocupações da América Latina), dos distribuídos pelo coletivo “O Mal Educado”, este traz conhecimentos introdutórios justamente no começo das mobilizações estudantis de 2015.

Sua relevância se dá primeiro por garantir que aqueles que recebessem o papel ficassem a par do que estava acontecendo quando não se tinha muita informação sobre o projeto (o que se mostra útil para toda a comunidade escolar, sejam esses pais, alunos, ou membros da cidade). Segundo por estimular a organização dos estudantes de forma autônoma, denunciando as entidades estudantis (que inclusive não foram bem recebidas no ato do dia 09 de outubro, como já mencionado) ao insinuar: “há anos que não lutam mais para nos defender” - colocando o coletivo como pertencente da categoria estudantil.

A autonomia então dá o tom geral destes dizeres, o que é muito bem lembrado durante o período de ocupações que trataremos a seguir. Em terceiro e talvez mais importante é comunicar sobre as ocupações secundaristas que já aconteceram na América Latina. Uma de nossas principais palavras de ordem⁶ “Acabou a paz! Isso daqui vai virar o Chile!” cantadas em nossos atos antes e durante as ocupações remetiam à “Revolução dos Pinguins”⁷ dos estudantes chilenos de 2006 e 2007.

Su movilización concitó a más de 600 mil estudiantes [...] Demandaban la resolución de aspectos relativos al transporte y a la alimentación escolar, a la selección universitaria y a contenidos curriculares. Pedían también cambiar la Ley Orgánica Constitucional de Educación [...] la erradicación del lucro en la educación y el aseguramiento [...] de la calidad en todos los niveles curriculares y estratos socioeconómicos [...] este conflicto se denominó “Revolución Pingüina”, [...] Su alto nivel de organización, la aparente horizontalidad y falta de tutelaje político, la rapidez en la toma de decisiones, la organización en comisiones de trabajo local y las grandes asambleas a nivel nacional, fueron elementos que dejaron pasmada a una institucionalidad política que se había acostumbrado a negociar con una estructura más tradicional.⁸ (VALDERRAMA, 2013, p. 124-125)

⁶ Frases curtas bradadas de forma ritmada em protestos, manifestações.

⁷ “Os estudantes chilenos são coloquialmente chamados “pinguins”, devido aos seus tradicionais uniformes escolares de cores azul escuro e branco.” (VALDERRAMA, 2013, p. 124, tradução nossa)

⁸Sua mobilização reuniu mais de 600.000 estudantes [...] Eles exigiram a resolução de aspectos relacionados a transporte e alimentação escolar, seleção universitária e conteúdos curriculares. Também pediram a mudança da Lei Orgânica Constitucional da Educação [...]a erradicação do lucro na educação e a garantia pelo Estado da qualidade em todos os níveis curriculares e estratos socioeconômicos. esse conflito foi chamado de “Revolução Pinguina”, [...] Seu alto nível de organização, a aparente horizontalidade e falta de tutela política, a velocidade das tomadas de decisão, a organização em comissões de trabalho locais e grandes assembleias em nível nacional

Posso dizer que muitos de nós não sabiam da “Revolução dos Pinguins” antes dos atos e da distribuição destes panfletos, justamente por lembrar vividamente de conversar com outras pessoas sobre o que estava lendo, e fazer questão de guardar um deles para “dar uma olhada” depois, já que era uma informação nova e uma proposição interessante. É claro que ao seguir dos atos nós passamos a estar mais informados: segundo Campos; Medeiros e Ribeiro, M. (2016) em 20/10 o coletivo “O Mal Educado” distribuiu uma cartilha de oito páginas chamada “Como ocupar um colégio?” - uma tradução de uma cartilha argentina com instruções concretas: “Plano de Ação”, “Organização da Ocupação” - falando sobre o movimento inicial de ocupar, os próximos passos: fazer assembleias, criar comissões, e estabelecer atividades para os ocupantes, táticas que também foram seguidas durante as “ocupas” do Chile.

Foi a partir da panfletagem d’O Mal Educado que as duas primeiras escolas ocupadas tiveram contato com o método da ocupação:

[E.E. FERNÃO DIAS - ENTREVISTA - 18/12/15]

A gente teve contato com esse manual [d’O Mal Educado], começamos a ter um interesse, né, em ocupar a escola e tal, mas a princípio era isso, a gente só tinha o material, o texto, e aí a gente começou a entregar essa cartilha pra gente trocar ideia e tal [...] É uma ideia interessante, vamo começar a se organizar pra fazer isso acontecer [...] (CAMPOS; MEDEIROS; RIBEIRO, M., 2016, p. 84)

O coletivo “O Mal Educado” - formado por estudantes ligados inicialmente a um projeto de “Poligremia” criado em 2009, entre grêmios estudantis autônomos, que posteriormente se desconectam desta causa e passam, anos depois, a ter presença nos atos de 2015 a favor da greve dos professores. Neste momento, segundo Brito (2018), o coletivo beira a extinção, mas se revigora durante a luta contra a reorganização a partir da sua presença constante nos atos anteriores das ocupações, demonstrando apoio frequente também em sua página de *Facebook*. Este coletivo aparece diversas vezes na história do movimento e faz-se importante identificar o seu papel dentro dele: “não atuou como dirigente do processo político, mas meramente como um catalisador [...]” (CAMPOS, MEDEIROS, RIBEIRO, M., 2016, p. 79). Ou seja, “O Mal Educado” está para o movimento como uma faísca inicial

foram elementos que deixaram pasmada uma institucionalidade política acostumada a negociar com uma estrutura mais tradicional. (VALDERRAMA, 2013, p. 124-125, tradução nossa)

importante para seu acontecimento, mas não como um causador direto dele, nem como “líder” hipotético.

Na noite de 09 de novembro (uma segunda-feira), estudantes da escola E.E. Diadema (na cidade de Diadema, SP) decidiram ocupar sua escola no meio da noite, durante as aulas do noturno:

Depois de uma longa noite de muita luta e resistência contra a repressão da direção que está veementemente contra a ocupação [do E.E. Diadema], demonstrando uma imensa intransigência com as organizações estudantis e, a Polícia Militar que tenta de todas as formas assustar os secundaristas com ameaças de disparos de balas de borracha. Após todos esses obstáculos, os estudantes ocupam a escola e dão um exemplo de luta contra a reorganização escolar e o fechamento de escolas em SP. (O MAL EDUCADO, 2015b)

O E.E. Fernão Dias Paes - localizada no bairro Pinheiros da cidade de SP - no amanhecer do dia seguinte fez o mesmo. O documentário “A Escola é Nossa” (BALADES, 2020) filmado e produzido por estudantes secundaristas de 2015 do colégio de Pinheiros, retrata exatamente o momento em que os alunos tomam a escola pra si: desde a tensão com a coordenadora que esperava o horário para abrir os portões oficialmente da escola - que surpreendida pelos jovens ameaça chamar a polícia, a troca de cadeados e correntes, a primeira assembleia que oficializa a ocupação, o cerco policial e o apoio externo à frente da instituição.

A polícia envolve a escola com a fita amarela de isolamento como se indicasse uma cena de crime, os policiais se posicionam à frente dos portões, exigindo a saída dos estudantes. Rapidamente a imprensa se faz presente na escola - não só era uma ação de ruptura com a rotina tradicional da escola, mas se tratava de uma escola em um dos bairros mais notórios de São Paulo: dentro de suas dimensões carrega a Av. Brigadeiro Faria Lima, considerada como um dos mais importantes centros comerciais e financeiros da cidade. Portanto, não é difícil imaginar que logo haveria algum tipo de retaliação por parte do governo do Estado, uma vez que os ocupantes não deixaram as dependências da instituição escolar. Alckmin entra em ação logo no segundo dia (12/11) com um processo de pedido de reintegração de posse do local (que se estendeu para a terceira escola ocupada, o E.E. Salvador Allende, do bairro José Bonifácio, na Zona Leste. Não demora muito para que o resultado da ação judicial retorne: no dia 13/11 o juiz Luis Felipe Ferrari Bedendi, da 5ª Vara da Fazenda Pública, revoga o pedido alegando:

[...] que a simples reintegração dos prédios não promoverá ‘a solução do caso concreto, com a pacificação social’. ‘A cada dia, uma nova escola pode ser invadida; expede-se, na sequência, a reintegração de posse, é ela cumprida e o ciclo se repete, com a possibilidade, inclusive, de existir a reocupação de uma escola já liberada.’ (G1 SÃO PAULO, 2015a)

O juiz não estava errado, a tendência do movimento era o de ascensão. As primeiras ocupações marcaram apenas o estopim para uma série que viriam no decorrer de novembro e dezembro de 2015. A primeira ocupação ocorreu em uma segunda-feira, e até domingo já existiam 16 escolas ocupadas em todo estado de São Paulo⁹. Ainda no dia 13 de novembro Alckmin duvidava da potência da movimentação estudantil naquele momento, e em um evento em Salesópolis falou: “Eu tenho certeza que o pessoal vai sair. Não há nenhuma razão pra ter... Embora a gente já tenha a ordem judicial [que foi negada horas depois], mas eu tenho certeza que o bom senso vai prevalecer. *E o fim de semana também tá chegando, ninguém é de ferro, né?*” (CAMPOS; MEDEIROS; RIBEIRO, M., 2016, p. 102, grifo nosso). Na próxima semana, porém, as ocupações tiveram uma escalada que pode ter feito o queixo do governador cair:

“Os estudantes chegaram à metade de novembro com uma aceleração impressionante das ocupações: apenas na virada do final de semana para a segunda-feira dia 16/11, o crescimento é da ordem de mais de 80%. A semana se encerra no domingo dia 22/11 com 89 escolas ocupadas no total, o que significa uma média de 8,2 escolas ocupadas por dia durante este período” (CAMPOS; MEDEIROS; RIBEIRO M., 2016, p. 111).

Foi em 18 de novembro que a escola em que estudava integrou a lista de escolas ocupadas. Embora não fosse fechar, a escola iria passar pelo processo de reestruturação: passaria a comportar apenas o ensino médio (a escola também tinha o fundamental II), e seria uma das únicas da região a ter alunos desse ciclo escolar. Mas não era só sobre nossa escola. Era sobre as 93, sobre todos os alunos de São Paulo que seriam afetados. Existia uma atmosfera de unidade estudantil muito grande durante os protestos anteriores às ocupações, e isso particularmente me fazia acreditar que sim, ocupar poderia dar certo e alcançaríamos o objetivo final: barrar a reorganização escolar.

No dia 17 à noite conversamos em nosso grupo de Whatsapp formado por colegas da escola e alguns apoiadores que passamos a conhecer em protestos: no amanhecer do dia 18 iríamos entrar na escola e trocar seus cadeados, e tomá-la para nós, tarefa que não era muito

⁹ Dado retirado da página “O Mal Educado” (2015c)

difícil: haviam apenas duas entradas funcionais e uma desativada. Assim como todas outras ocupações requeria coragem: a escola é central e nossa atitude logo chamaria atenção dos agentes da base da Polícia Militar a poucos metros do portão principal. Gostaria de detalhar cada momento do ato da ocupação, mas cheguei um pouco atrasada e fiquei encarregada de ficar do lado de fora, na calçada, com um megafone.

Embora atrasada, ainda assim cheguei antes dos colegas e assisti a cara de espanto e desentendimento de cada um ao enxergar os portões fechados. Esperei por mais pessoas chegarem, me coloquei em cima de um bloco de concreto alto e comecei a apresentar as motivações e reivindicações, explicar nossos anseios e chamar os colegas para integrar à luta.

Aos poucos fomos abrindo os portões pros alunos interessados, enquanto assisti a viatura da polícia se aproximar do portão da escola. Ficaram lá por um tempo, nos pressionaram a sair, e vendo que não sairíamos logo dispersaram - talvez por já saberem da movimentação que alcançava sua ascensão e também da reintegração de posse negada do governo. Se enganou quem achou que eles não voltariam, pois as rondas por ali eram muito mais constantes do que jamais foram. A pressão vinha também dos professores: a maioria se revoltou, diziam que nossa intenção era “fazer bagunça” e exigiam trabalhar. A minoria chegava perto de nós de “mansinho” para conversar, se assegurar das motivações políticas reais que causaram a ocupação, e posteriormente perguntar sobre suprimentos que precisaríamos, estes foram os mesmos que compareceram no movimento depois seja por doações ou para ajudar dentro e fora da escola ocupada. Foi finalmente quando a maioria dos colegas (e apenas eles) haviam entrado que conseguimos realizar uma assembleia, e nela foi assegurada a ocupação através do voto positivo da maioria e sua organização por comissões: alimentação, segurança, comunicação e limpeza

Falar da minha experiência não configura uma universalidade do movimento estudantil de 2015 (e não tem tal pretensão), mas pode ajudar a reconstruir um cenário na direção de compreensão das tensões iniciais dos primeiros momentos da ocupação com todos os seus agentes, fossem estes apoiadores em potencial, oposição ou ferramentas de controle do estado.

Este controle não foi feito apenas por forças policiais e passou novamente pelo poder judiciário. Alckmin recorreu à liminar que revogou o pedido de reintegração de posse, e uma audiência de conciliação para o dia 19 de novembro de 2015 foi marcada pelo Tribunal de Justiça de São Paulo. A ocasião conseguiu reunir estudantes de diversas escolas no auditório,

o que causou uma série de desentendimentos com a mesa (formada por desembargadores, o secretário de educação Voorwald, o então presidente de APEOESP e um representante do ministério público). A reunião foi marcada por uma tática importante do movimento: o *jogral* – um, ou mais de um iniciam uma fala, a ser replicada pelos outros estudantes em uníssono. Quando perguntados quem era o líder, em uma tentativa de responsabilização e culpabilização por parte do governo, os estudantes respondiam em conjunto: “Nós não temos líder!”. Não houve conciliação.

Mesmo não sinalizando uma vitória do movimento estudantil secundarista, a audiência serviu para gerar uma rede de comunicação entre os estudantes presentes, que logo se estendeu para uma conexão maior: o Comando das Escolas Ocupadas, que segundo Campos; Medeiros e Ribeiro, M. (2016) teve sua primeira reunião poucos dias depois da audiência, no dia 21 de novembro de 2015 (p. 171). Tratava-se de um grupo geral da cidade de São Paulo, desligado das entidades estudantis, que visava melhor interlocução entre as escolas, bem como deliberações conjuntas do movimento. Cada escola levaria 2 representantes que participariam de assembleias informativas e deliberativas, alternando suas edições nas unidades escolares ocupadas, preocupados com a possibilidade de centralização de poder - embora a cobertura da imprensa se concentrasse no “Fernão”, a horizontalidade dentro do movimento sempre foi um foco importante - nem todas as escolas tinham a possibilidade comparecer a depender de horas e locais determinados, sendo esta outra motivação dessa rotatividade das reuniões realizadas. Ao checar os *posts* da página do Comando das Escolas Ocupadas (a página modificou seu nome, hoje se chama Secundaristas em Luta de São Paulo) foram divulgadas 9 encontros do grupo em escolas e regiões paulistanas diferentes.

A polícia não deixou de aparecer nas ocupações, inclusive essa era uma das únicas certezas dos ocupantes: uma hora eles iriam aparecer, seja para intimidar com palavras, com força ou com ameaças. E não faltam registros sobre violência policial nas páginas que divulgavam as informações das ocupações:

[Não Fechem Minha Escola, 17 de novembro de 2015]

E. E. JARDIM ARACATI II OCUPADA, MAS POLICIA A DESOCUPA COM VIOLÊNCIA E SEM MANDADO!

A Escola Estadual Jardim Aracati II, localizada na R. Marcelino Leitão de Oliveira - Jardim Aracati, na Zona Sul de São Paulo, foi ocupada no final dessa noite. Já era a 13ª escola ocupada na Sul, mas a PM retirou todos a força!

É essa a prática da Policia nos bairros da periferia!

SE DESOCUPAREM UMA ESCOLA, OCUPAREMOS DUAS! (ESCOLA, 2015a)

[Não Fechem Minha Escola, 20 de novembro de 2015]

ESTUDANTES DENUNCIAM A VIOLÊNCIA POLICIAL! É ASSIM QUE ALCKMIN TRATA A JUVENTUDE, COMO CASO DE POLÍCIA!

Desde que os estudantes da rede pública estadual começaram a ocupar as escolas em protesto contra o fechamento de 93 e desestruturação outras 700, o governador de São Paulo, Geraldo Alckmin (PSDB) tinha só uma estratégia: reintegração de posse pela Polícia Militar (PM). Tanto que foi à Justiça requerê-la para várias unidades. E PM, todos nós sabemos, significa, no mínimo, porrada, cacetadas, gás pimenta.

Nessa quarta-feira 18, ele resolveu mudar de atitude: “Alckmin diz que não usará PM em escolas invadidas”, publica o Estadão. Na manhã desta quinta-feira 19, portanto, em menos de 24h, houve repressão policial em três escolas ocupadas: Professora Francisca Lisboa Peralta, no município de Osasco, Professora Maria Petronila Limeira dos Milagres, em Santo Amaro, e na Sylvia Ribeiro, na cidade de Marília, ocupada por 150 estudante (ESCOLA, 2015b)

[O Mal Educado, 01 de dezembro de 2015]

>> OCUPAÇÕES RESISTEM AOS ATAQUES DE ALCKMIN E SEUS CAPACHOS! NÃO TEM ARREGO!

A ocupação Maria José foi invadida por pais, alunos e pela polícia militar hoje cedo. A estratégia foi feita numa assembléia realizada ontem (30) na igreja católica da Achiropita com todos os pais contra o movimento. Tudo começou quando os muitos pais entraram por trás da escola com martelos, marretas e barras de ferro quebrando todos os cadeados. Logo após, abriram para a Polícia Militar e o diretor da escola, tais que quando a escola foi aberta, a pm e o diretor da escola agiram brutalmente com os alunos, chutando mesas, dando tapas, socos, enforcando e logo após jogando bomba de gás lacrimogêneo. Diversos alunos foram ameaçados e agredidos por parte da direção, pais e polícia militar. Após o quebra-quebra com todos os alunos juntos, no pátio da escola, numa roda, de mãos dadas, a polícia foi embora e os alunos recuperaram a ocupação.

Isso é a prova de que ocupar é resistir.

Resistimos!

Via Ocupação Maria José (EDUCADO, 2015d)

Destaco essas três notícias por trazerem elementos diferentes da ação policial: Compareciam no primeiro momento das ocupações como regra, pressionavam por meio da violência para a desocupação sempre que podiam, e muitas vezes tinham ao seu lado os diretores das escolas, pais e alunos opositores. Era mais comum ouvirmos sobre essas ações em escolas nas regiões periféricas da cidade de São Paulo, ou em regiões periféricas das outras cidades de escolas ocupadas, muito embora também acontecessem no centro - como é o caso da ocupação do E.E. Maria José, localizado na Bela Vista - mas com menos recorrência. Também haviam ações sem a polícia: na escola em que participei da ocupação um grupo de alunos pularam os muros da escola na calada da noite, incitados pelo diretor ao afirmar que reprovariam de ano caso a escola não desocupasse, começaram a intimidar os

estudantes e ocupantes apoiadores dentro da escola com ameaças de retornarem com mais pessoas. Um caso parecido ocorre no E.E. Fidelino Figueiredo (Santa Cecília), mas agora diretamente com a vice-diretora:

Na noite da ocupação no Fidelino, 19 de novembro, os ocupantes foram atacados pela vice diretora da escola, além da tentativa de atingir o rosto de um aluno com um tapa, ela também ameaçou atropelar e jogou o carro em cima de muitos alunos que estavam à frente do portão, pedindo pacificamente as chaves da escola. Quando questionada pela atitude, a mesma indagou "que morram!", mostrando total descaso com a vida dos alunos. Será que essa é a postura adequada para alguém que trabalha com educação? Alguém que lida diariamente com crianças e adolescentes? É *uma* pessoas com essas atitudes que os pais querem à frente da direção da escola de seus filhos? (FIGUEIREDO, 2015)

Seria difícil colocar nessa monografia todas as vezes em que as escolas foram atacadas, seja por policiais, por diretores de escolas ou pelos próprios alunos. Todavia é possível dizer que a maioria das vezes (tirando as poucas vezes registradas que os alunos o faziam de forma independente, sem influência de palavras dos diretores) alguma representação do estado estava envolvida. Os diretores, pressionados pelas Diretorias de Ensino, alunos, pressionados pelos diretores, ou pela própria ferramenta de coercitividade do estado: a polícia.

As ocupações, porém, não eram o único problema do estado com os "secundas". A prova SARESP - Sistema de Avaliação de Rendimento Escolar de São Paulo, realizada nos dias 24 e 25 de novembro foi alvo de uma campanha de boicote. Em reunião do "Comando das Escolas Ocupadas" no dia 23 de novembro foi determinado que:

Segue um breve resumo da Reunião de representantes secundaristas na escola E. E. Salvador Allende, dia 23/11/15 às 9:00hrs.

Discutimos algumas questões, entre elas o boicote ao Saresp. Foi discutido também o papel das entidades políticas dentro do movimento secundarista de ocupações, portanto, reforçamos a legitimidade dos estudantes promotores das ocupações, ou seja, o papel das entidades políticas são o de auxílio externo a partir das decisões tomadas pelos secundaristas. Ainda sobre o auxílio externo discutimos maneiras das ocupações ajudarem umas as outras. Finalizamos discutindo questões jurídicas dentro do movimento. (OCUPADAS, 2015a)

A pressão foi tanta que o próprio governo do Estado deixou de realizar a prova que faz análises do sistema de educação paulistano dentro das escolas ocupadas, reverberando para escolas que não estavam ocupadas. "O índice de participação no exame foi de 80%, ante 85% no anterior. O índice já havia sido de 90%, em 2009. A taxa e presença foi a menor desde ao menos 2007" (FOLHA, 2016). Embora a participação tenha sido menor, segundo esta

reportagem da Folha (2016), o governo afirma que essa porcentagem não afetou o resultado final da SARESP.

Mesmo com o boicote ao SARESP, o governo insiste na indisposição de diálogo, e inclusive o reitera com Fernando Padulla - chefe de gabinete e braço direito do Secretário da Educação Hermann Voorwald, em um áudio vazado de uma reunião da “cúpula” da educação do governo. Alckmin, Hermann e Alexandre de Moraes (o então Secretário da Segurança Pública do Estado de São Paulo) estavam em guerra com os estudantes:

Trata-se de uma gravação esclarecedora, que merece ser ouvida em sua íntegra pelo que tem de revelador. Nela, **o chefe de gabinete Padulla repete inúmeras vezes que todos ali estão “em uma guerra”, que se trata de organizar “ações de guerra”, que “a gente vai brigar até o fim e vamos ganhar e vamos desmoralizar [quem está lutando contra a reorganização]”**. Fala-se da estratégia de isolar as escolas em luta mais organizadas. (CAPRIGLIONE, 2015, grifo do autor)

A resposta dos estudantes a este áudio foi nas ruas, mais precisamente na “*hora do rush*” de São Paulo. Era uma estratégia perigosa mas que adicionava às ocupações: os *trancaços*. Às vezes discutidos nas reuniões do “Comando”, e às vezes através de organizações espontâneas das escolas, os *trancaços* eram manifestações que paravam avenidas movimentadas próximas das escolas ocupadas, arquitetadas com as cadeiras transportadas da escola para as ruas. Os estudantes se sentavam nas cadeiras, formando uma barreira e assim, “trancando” o movimento dos carros. A tática teve uma repercussão imensa: em uma só matéria jornalística “*Estudantes bloqueiam Avenida Nove de Julho durante protesto em SP*” publicada pelo G1 de São Paulo (01/12/2015), consta a realização de três *trancaços* em três regiões diferentes de SP em apenas um dia. A resposta do governo foi força: todas as ações tiveram intervenção truculenta da polícia.

Estive no trancaço realizado na matéria citada, e esta está entre as memórias mais difíceis do período de luta enquanto secundarista de 2015. Essa manifestação foi organizada pela minha escola, justamente pela proximidade à Av. Nove de Julho: cadeiras e cartazes foram levados da escola até um dos cruzamentos, abaixo de um dos viadutos construídos por ali. Ficamos por ali por cerca de uma hora, e entre uma tentativa de atropelamento e mais apoiadores chegarem, a polícia se fez presente. Quando chegaram, procuravam por um organizador, ao que respondemos - como de praxe - que não havia um. Neste caso, um

pequeno grupo foi conversar com os policiais, que pediam para que nos retirássemos: não nos retiramos dali, uma vez exercemos o direito de manifestação previsto por lei.

Em um pequeno espaço de tempo enxergamos um grupo de policiais divididos por fileiras, com seus escudos e cassetetes na mão: a tropa de choque de São Paulo estava ali para assegurar que saíssemos da via. Marchavam e batiam com os cassetetes no escudo em uníssono, até que pararam e atiraram a primeira bomba de gás e efeito moral. O que fez com que nós levantássemos das cadeiras, uma parte ficou na “linha de frente”, tardando os policiais, e outra parte correu para chegar com segurança com as cadeiras da escola na escola. O sentimento era de pavor e desespero. Se a polícia nos alcançasse, certamente iríamos ser atingidos por um golpe de cassetete, uma possível prisão, principalmente quando percebemos que estávamos cercados. As escadarias - que marcavam as saídas a pé da avenida - estavam repletas de policiais, que ao verem nossa corrida desceram com seus porretes em mãos para nos “acompanhar”. Corremos com certa velocidade cheios de cadeiras nos braços. A maioria de nós chegou em segurança na escola, mas muitos ficaram próximos das bombas de lacrimogêneo, sentindo seus efeitos de ardência e falta de ar.

A resposta do Secretário da Segurança Pública de São Paulo, Alexandre de Moraes não foi outra: "E também nós não vamos permitir que fiquem agora obstruindo as vias principais de São Paulo." (TOMAZ, 2015). E a repercussão dessas ações não demorou para aparecer – os números até então ascendentes de ocupações escolares, os *trancaços* e a ação violenta da polícia com estudantes secundaristas – foram manchete de jornais em todo o país.

Apesar da divulgação do projeto ter iniciado ainda em setembro, o decreto de nº 61.672 que faria vigorar a reorganização escolar foi assinado e publicado apenas em 30/11/2015. Desta forma o governo sinalizou que não cederia à pressão feita pelo movimento estudantil secundarista naquele momento. Os *trancaços* continuaram, assim como a violência policial. Neste momento a opinião pública era favorável à luta contra a “Reorganização”, como mostra a divulgação da pesquisa do Datafolha realizada nos dias 25 e 26 de novembro de 2015:

Em relação á remodelação nas escolas, de cada dez eleitores, seis (61%) são contra as mudanças promovidas pelo governo; três (29%) são favoráveis. A discordância chega a 69% entre os mais jovens. O Datafolha também coletou a opinião do eleitorado a respeito das ocupações de escolas por parte de estudantes. A maioria (55%) manifestou apoio aos protestos -que se espalharam e já atingem 196 colégios no Estado. (MENDONÇA, 2015)

A matéria também aponta a decrescente popularidade do governador:

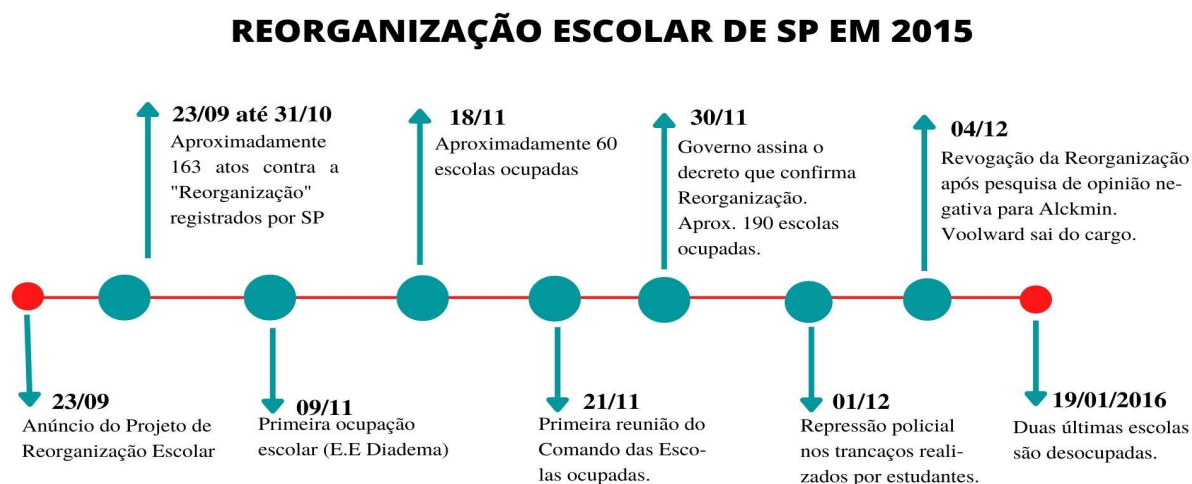
Pesquisa [...] mostra que 28% do eleitorado paulista qualifica o desempenho do tucano como ótimo ou bom, a menor taxa de aprovação na série de 29 pesquisas do instituto ao longo dos quatro mandatos de Alckmin -mais de dez anos de gestão, em períodos alternados, desde 2001. (MENDONÇA, 2015)

A matéria foi divulgada no dia 04 de dezembro, e nesta altura aproximadamente 200 escolas estavam ocupadas, no auge dos seus números. No mesmo dia da divulgação da pesquisa da Folha de São Paulo, o governador Geraldo Alckmin divulga e assina o decreto de Nº 61.692, revogando o projeto de Reorganização Escolar, e o então secretário da educação Herman Voorwald se demite. Esta atitude parecia ser uma resposta direta à queda da popularidade do governador do PSDB e sua visão na opinião pública.

A demissão do secretário da educação é devidamente comemorada, assim como a revogação do projeto, mas o último é recebido pelos estudantes com desconfiança: 4 dias antes da revogação, o governo se mostrava irredutível, durante todo o mês de novembro recusou-se a reavaliar o plano de reestruturação da rede, e no mesmo período convoca uma reunião dizendo que suspenderia a reorganização - mas suspender não é revogar. Esta foi uma das muitas estratégias utilizadas por Alckmin durante os três meses de luta secundarista, validando-se inclusive por táticas de criminalização da luta, ataques e perseguições. Porém, com o decreto oficial, embora algumas ocupações tenham perdurado durante mais alguns dias do mês de dezembro – reivindicando a outros problemas estruturais da educação, ou até mesmo pela desconfiança do decreto - aos poucos o movimento foi perdendo números, até dissipar-se. Em 19 de janeiro de 2016 as duas últimas escolas a desocuparam, das 213 uma vez ocupadas.

A seguir uma linha do tempo com acontecimentos da luta contra a Reorganização, organizados de modo a “compactar” um pouco do que foi dito até aqui:

FIGURA 4 - Linha do Tempo da Reorganização.



FONTE: Elaboração própria com os dados apurados de matérias dos portais G1, Folha de São Paulo e do livro “Escolas de Luta” de Campos;Medeiros e Ribeiro M., 2016.

Esta linha do tempo mostra que desde a divulgação do projeto que buscava reestruturar a educação pública de São Paulo, o movimento dos secundaristas foi o de afronte, resposta direta do desinteresse de diálogo do poder público estadual. E a cada ação tomada, uma reação direta que via de regra contava com a força policial. O desenrolar do dia 04 de dezembro de 2015 mostrou que mesmo com a “guerra declarada” a adolescentes de luta, definitivamente o secundarista de 2015 saiu vitorioso. Não só por derrubar a Reorganização Escolar - mesmo que hajam indícios que ela venha acontecendo ao passar dos anos “por baixo dos panos” - mas também por derrubar a popularidade do governador Geraldo Alckmin e com ela, o então Secretário da Educação e propositor do projeto, Hermann Voorwald. A reivindicação principal de revogar o projeto da organização foi concretizada através de três meses de luta política declarada pelo próprio movimento, e essa se mostrava uma questão chave para os opositores.

No próximo capítulo exploraremos mais a fundo as reivindicações, os métodos de luta e a adesão estudantil e popular do M.E. (movimento estudantil) contra a reorganização de 2015, de forma a explorar suas possíveis correlações como movimento social integrado à uma categoria específica.

CAPÍTULO 2 - As três dimensões da práxis política estudantil.

Para dar início ao capítulo será necessário compreender alguns conceitos: *práxis, categoria estudantil, juventude e práxis política estudantil*. Esses elementos ajudam a realizar a análise do M.E. ao compreender não apenas seus agentes, mas também as ações executadas por estes, a partir da compreensão de que os contextos históricos e estruturais da sociedade os atravessam e também os antecedem. Assim, para iniciarmos a análise, compreendemos “práxis” como:

A expressão práxis refere-se, em geral, a ação, a atividade, e, no sentido que lhe atribui Marx, à atividade livre, universal, criativa e auto criativa, por meio da qual o homem cria (faz, produz), e transforma (conforma) seu mundo humano e histórico e a si mesmo; atividade específica ao homem, que o torna basicamente diferente de todos os outros seres. Nesse sentido, o homem pode ser considerado um ser da práxis, entendida a expressão como o conceito central do marxismo, e este como a “filosofia” (ou melhor, o “pensamento”) da “práxis” (BOTTOMORE, 2012, p. 460)

O educador Paulo Freire também ajuda a definir o termo “práxis” de forma mais concisa: “A práxis, porém, é reflexão e ação dos homens sobre o mundo para transformá-lo. Sem ela, é impossível a superação da contradição opressor-oprimidos.” (FREIRE, 1987, p. 21)

Faz-se necessário entender a práxis dentro do recorte deste trabalho. Vamos nos debruçar em ações sociais específicas, dentro de uma categoria social específica. Contextualizando: uma práxis que vem a partir de um movimento social que é estudantil, dentro de uma diversidade de ações que são necessariamente políticas, por contestarem uma política pública de Estado. Trata-se então, da categoria estudantil, dentro de um outro recorte categorizante: a juventude, uma vez que tratamos de um movimento de transformação protagonizado por adolescentes. Como categoria estudantil entendemos:

Uma das principais tarefas com que se depara a abordagem sociológica é, pois, caracterizar o conjunto de mecanismos e processos que presidem à constituição do estudante como categoria social. Isto significa que o estudante deve ser focalizado tanto em termos das condições sociais que balizam seu comportamento, vinculando-o à ordem social existente, quanto em termos das modalidades possíveis de ampliação dos seus horizontes de ação. (FORACCHI, 1977, p. 12)

Ou seja, a categorização do estudante se faz necessária dentro da perspectiva da sociologia, fazendo possível uma análise aprofundada dos estudantes enquanto objetos de estudo que têm subjetividades específicas.

Quanto à juventude, podemos dizer que ela se expressa além do condicionante de idade do sujeito:

[...] apreende juventude como uma condição ligada a uma característica biológica (idade, moratória vital), processada culturalmente (moratória social, classe, gênero...) [...] O aspecto propriamente histórico e cultural que carrega o significante juventude, se relaciona, por sua vez, à moratória social (Margulis, 2001; Margulis; Urresti, 2000). Essa moratória, um espaço de possibilidades aberto a certos setores sociais e limitado a determinados períodos históricos, se vincula ao tempo de escolarização - um tempo considerado legítimo e valorizado socialmente [...] (LIBERATO, 2006, p. 92)

A categoria estudantil, no entanto, nem sempre está conectada à juventude - sendo esta plural, em relação à classe, raça, gênero, etc., dependendo de seu contexto histórico e cultural - uma vez que a “pouca idade” não é uma determinante para ser estudante, enquanto a categoria estudantil pode estar dentro da juventude e ser tão plural em classe, raça, gênero, etc. quanto ela. Este é o caso do presente objeto de estudo, em que encontramos uma juventude estudantil associada a um período histórico específico.

Neste sentido, levanto uma questão: estaria essa insurgência estudantil dos secundaristas de 2015 relacionada à uma rebeldia da juventude? A partir de Liberato (2006) podemos sugerir que existe essa possibilidade. A rebeldia no caso do recorte da juventude, poderia estar ligada, segundo o autor, com a relação do jovem com o "mundo adulto": "que pode ser o mundo da exploração capitalista, o mundo 'massificado', ou o mundo da disciplina do trabalho e da fábrica social" (LIBERATO, 2006, p. 94), em um antagonismo claro contra o “outro” dentro das diferentes juventudes que podem ser construídas a partir de suas experiências dentro do mundo social, com fortes influências de raça, classe e gênero. “A rebeldia da juventude é a rebeldia contra sua dessubjetivação, contra o processo de definição do capital (o ‘vocês são’) que nega toda outra subjetividade e que exclui todo ‘o futuro que não seja um prolongamento do presente do indicativo’” (LIBERATO, 2006, p. 95). Para o mesmo autor, a rebeldia estaria intrinsecamente ligada com a autonomia, o *modus operandi* das ocupações.

É importante salientar, porém, que movimentos sociais levantados por uma juventude podem não estar ligados a um levante revolucionário, direcionados à esquerda, já que existem

movimentos sociais da juventudes direcionadas à valores conservadores, como é por exemplo, a “juventude tucana” (ligada ao PSDB - Partido da Social Democracia Brasileira), ou o próprio MBL (Movimento Brasil Livre)¹⁰ no período de sua criação, com as manifestações de junho de 2013. Dentro do contexto trazido por Liberato, isso se explicaria justamente por diferentes “moratórias sociais” que se desenvolvem a partir de contextos sociais constitutivos dos jovens.

Pode-se dizer que o período de lutas de 2015 é um movimento de rebeldia, primeiro por uma autodeclaração do movimento como autonomista a toda declaração dada, e segundo, a partir do momento que o governador desdenhou da capacidade do M.E. em conseguir manter-se nas ocupações: “E também, o final de semana está chegando, ninguém é de ferro, né?” disse Geraldo Alckmin em coletiva de imprensa durante o início das ocupações. Ele não esperava que jovens pudessem sustentar seu movimento por tanto tempo. O estudante passa por uma dessubjetivação por parte de Alckmin, inclusive quando este se negou continuamente a abrir um diálogo com os estudantes após o início das ocupações - exceto dentro de uma reunião em que os estudantes não foram chamados para discussão, e sim para “informá-los” do que eles já sabiam: por eles a reorganização já teria acontecido, mesmo com os esforços dos estudantes de contra-argumentarem sobre o projeto.

Podemos dizer, que tratamos de um tipo de práxis política dentro do M.E. pois os agentes realizaram um tipo de transformação social:

Por sua vez, a práxis política será definida como prática intencional que visa intervir no humano como ser social, ou seja, em suas relações sociais, políticas e econômicas (Sánchez-Vázquez, 2007; Rosa 2017a). A práxis política será caracterizada como restrita quando se referir a relações entre governados e governantes ou súditos e soberanos. Por outro lado, ela será entendida em sentido amplo quando vinculada às relações de poder presente nos mais diversos espaços sociais - escola, família, empresas, amigos, etc. (ROSA e SANDOVAL, 2019, p. 319-320)

No entendimento de práxis política ampla, podemos determinar uma práxis política que vai além da relação entre governantes e governados dita por Rosa e Sandoval, considerando que a prática de intervenção social está no recorte estudantil. Forma-se então uma práxis política estudantil.

¹⁰ O MBL surge das manifestações inicialmente organizadas pelo MPL (Movimento Passe Livre) - inclusive se movimentava intencionalmente para se autodenominar com uma sigla que parecesse com a do “MPL” - e ajuda a dar outros significados às manifestações de junho de 2013: “Empunhando a bandeira da cruzada moral contra a corrupção, elegeram os governos do PT como inimigos do país e ofereciam, no lugar, um programa econômico liberal. As causas de todas as mazelas do serviço público eram explicadas pela corrupção “inerente ao Estado”, o qual, nessa perspectiva, tomava para si a riqueza dos indivíduos via impostos sem a devida contraprestação.” (CAVALCANTE; ARIAS, 2019, p. 109).

O presente capítulo tem a intenção de fazer uma análise de três dimensões dessa práxis política estudantil desenvolvidas dentro da luta secundarista de 2015: a) reivindicações; b) métodos de luta (ação política); c) processos de adesão estudantil e popular, compreendendo os agentes dentro de uma categoria estudantil que se rebela contra uma política pública governamental.

2.1 Reivindicações

Como já vimos, a luta contra a reorganização não começa com as ocupações. Ela inicia a partir de atos espalhados por todo o estado de SP logo após do anúncio do projeto. As reivindicações estão expressas na primeira manifestação “A passeata de estudantes e familiares em uma região de Presidente Prudente (Rancharia) foi a primeira manifestação de rua em protesto à "reorganização" das escolas, em 28 de setembro de 2015.” (RIBEIRO, L. e PULINO, 2016, p. 288). Mas uma das principais fontes iniciais de organização estão no *Facebook*. No dia de um dos primeiros protestos centrais e unificados, a página *Não Feche Minha Escola* (criada dia 03 de outubro) postou:

ATO UNIFICADO DE VÁRIAS ESCOLAS NA AVENIDA PAULISTA
O estudante de escola pública cansou de ser tratado como um número pelo governo do estado! Não fechem nossas turmas e escolas, não superlotem nossas salas de aula, não destruam nossa educação!
Basta desse desrespeito!
#RespeiteMinhaEscola
#JuntosSomosMaisFortes (ESCOLA, 2015c)

O posicionamento contrário à reestruturação do ensino e ao fechamento de escolas no estado foi a reivindicação central do M.E de 2015, no que diz respeito a uma força motriz, mas não o único. A oposição à superlotação das salas de aula e o fechamento das turmas que viriam com a homologação da reorganização também estão dentro das reivindicações iniciais do movimento. Em novembro, nas vésperas da primeira ocupação do estado, a página “Bloco de Luta Contra a Reorganização das Escolas Zona Sul” convoca os estudantes e apoiadores da região a se juntarem a um ato que unifica as escolas locais:

FIGURA 5 - Reivindicações (ato unificado da Zona Sul)

**3° GRANDE ATO CONTRA A REORGANIZAÇÃO
TERÇA FEIRA DIA 10/11
CONCENTRAÇÕES ÀS 7 HS NO LGO DO PIRAPORINHA
(CASA DE CULTURA M'BOI MIRIM)**

CONTRA A REORGANIZAÇÃO DAS ESCOLAS.

O impacto imediato que a reorganização causará serão:

FECHAMENTO das salas do período noturno.

Muitos alunos vão estudar em escolas **longe de suas casas.**

Professores serão **demitidos,**

Funcionários da merenda e limpeza também serão **demitidos.**

Redução das salas da EJA.

Não fomos consultados.

Não ligam se vamos ficar sem escolas, sem vagas ou em salas superlotadas.

Por tudo isso nós somos contra a reorganização.

Convocamos Estudantes, Pais e Professores para Levantar essa luta.

BLOCO DE LUTA CONTRA A REORGANIZAÇÃO DAS ESCOLAS Z/S

FONTE: Página de Facebook “Bloco de Luta Contra a Reorganização das Escolas Zona Sul” (2015)

A problemática da reorganização não estava apenas na superfície do que ela dizia ser. A questão era além da reestruturação do ensino que fecharia, do fechamento das escolas, mas também de suas consequências eminentes: o fechamento do período noturno, a demissão dos professores e funcionários terceirizados, e a redução do Ensino de Jovens e Adultos.

Com o processo de tomada das escolas veio à tona um reconhecimento do espaço escolar diferente do que ocorria no dia-a-dia de aluno. Depois do estabelecimento organizacional da ocupação na primeira assembleia e separadas as comissões, surge um novo reconhecimento do espaço: onde fazer comida? Onde buscar os acessórios de limpeza? Onde dormir, tomar banho? “que porta trancada é essa aqui?”. Adentrar locais anteriormente proibidos pelos estudantes trazem uma ressignificação do emprego do interior dos prédios escolares. Os estudantes passaram a frequentar territórios que não os pertenciam: a comida seria feita na cozinha, um território dos funcionários que trabalhavam exclusivamente ali, o mesmo se repete com a limpeza. Esses “territórios” proibidos em escolas são extremamente comuns.

Um relato se faz necessário para compreender este sentimento de “reconhecimento”: uma das primeiras coisas que fizemos após assembleia foi checar como poderíamos fazer a comida na cozinha. Ver onde ficavam as geladeiras, panelas, pratos, colheres, facas, garfos. Neste meio tempo, encontramos o que não buscávamos achar: baratas. Outro dia, à noite, diante de uma aparente quietude da escola, um rato corria livremente no extenso pátio até entrar em outro bueiro (esse encontro se repetiu algumas vezes). Por outro lado, surpresas

interessantes: abrimos portas anteriormente fechadas. Uma, ao que parecia um estoque gigante de livros didáticos inutilizados, guardava em seu interior alguns instrumentos musicais de percussão. Outra, uma porta de madeira imponente, guardava uma mesa de madeira extensa, uma geladeira, fogão e micro-ondas: era a “copa” dos funcionários terceirizados. Se caminhássemos até o canto dessa sala, acharíamos um outro caminho: o do chuveiro desses funcionários - que foi utilizado pelos estudantes na ocupação. Houve ainda o reencontro com lugares que visitei antes das ocupações proibidos a mim, que na época escondida explorei: O que havia no topo da escada da quadra coberta? Um projeto de academia com poucos aparelhos (não me recordo quais eram, lembro do choque de revê-los ali). E o velho e desativado anfiteatro da escola, logo após a quadra? Com um buraco no teto. Embora seja um relato pessoal, é possível ver esse processo de reconhecimento se repetir, mas com características específicas de cada regra ou problemática de cada instituição de ensino. No caso a seguir, em uma entrevista dos ocupantes do E.E. Fernão Dias Paes dada ao site de notícias G1 São Paulo um dia antes da desocupação do colégio, estudantes relatam algumas problemáticas que encontraram ao passarem a habitar áreas da escola que antes não os eram permitidas:

‘Recentemente pedimos mochilas e a diretora disse que não tinha. Olha aqui como não tem’, afirmou outro aluno, mostrando uma caixa com dezenas de mochilas.

De acordo com Heudes, é comum a falta de papel higiênico e copo descartável. Os estudantes se disseram surpresos ao encontrar a despensa cheia durante a ocupação.

(ARAÚJO, 2016)

Com base nessas novas informações, neste reconhecimento de problemas infraestruturais das escolas adquiridas durante a vivência e “exploração” das escolas no período das ocupações, os estudantes passaram a exigir esta pauta dentro das reivindicações do movimento.

Manifesto do Comando das Escolas Ocupadas escrito na reunião de hoje no Fernão Dias:

Desde o dia 29 de setembro, os estudantes secundaristas têm lutado nas ruas, na secretaria de educação, nas diretorias de ensino, contra a medida autoritária imposta pelo governo Alckmin da reorganização da rede de ensino estadual.

Não obtendo resposta dos órgãos responsáveis, nos unimos e decidimos ocupar as escolas e construir um espaço de decisões e resistência à medida do governo que não nos consulta.

Desde o começo o governo tem tratado as ocupações como uma questão JUDICIAL e POLICIAL. Até mesmo o juiz Luiz Felipe, que derrubou a liminar de reintegração de posse das escolas ocupadas, declarou que a nossa questão é POLÍTICA e não judicial. Somos todos contrários à reorganização escolar e fechamento de escolas.

Há mais de uma semana estudantes ocupam as escolas contra a reorganização, e com o passar do tempo a luta tem aumentado: o número de ocupações já passa de 90.

Somos contra:

-A reorganização escolar e o fechamento de escolas e salas.

Propomos:

-Menor quantidade de alunos por sala

-Nenhuma punição a estudantes, professores e apoiadores.

-Melhorias na infraestrutura das escolas.

CONTRA A REORGANIZAÇÃO VAMOS OCUPAR AS ESCOLAS POR MAIS EDUCAÇÃO!! (OCUPADAS, 2015b, grifo nosso)

Escrito na primeira reunião do *Comando*, este manifesto é o primeiro resultado do que viriam a ser encontros recorrentes durante os meses de novembro e dezembro. Sua composição se dá no período de ascensão das *ocupas* e contém alguns pontos interessantes: a) o anseio do diálogo entre governo e os estudantes, que lhes foi negado; b) o tratamento das ocupações como questão política, não judicial; c) a centralidade da contrariedade à reestruturação do ensino; d) a contraposição à lotação das salas de aula; e) a melhoria da infraestrutura das escolas (a partir da visão de um novo “reconhecimento” da escola provindo da convivência em seu núcleo); f) a exigência da falta de punição para os participantes e apoiadores do movimento. Pode-se dizer que todos elementos listados tratam de reivindicações: todos exigem uma posição do governo para com as necessidades dos estudantes naquele momento.

A violência policial foi um elemento enfrentado recorrentemente dentro da luta secundarista, e com isso, constantes prisões de estudantes e apoiadores do movimento. Considerando esta realidade o *Comando* posta em sua página: “Exigimos punição aos policiais que agrediram ou ameaçaram os estudantes e o fim de todos os processos contra alunos, funcionários, professores ou apoiadores e que não sejam perseguidos ou criminalizados pela direção ou qualquer meio de repressão.” (OCUPADAS, 2015c). Estas são demandas essenciais que se preocupam com o momento “pós ocupações”, uma vez que o movimento não tinha intenção de permanecer na escola enquanto moradia, mas sim como tática política provisória.

Por fim, destaco uma reivindicação que “conversa” com a caracterização autônoma das ocupações. Em outro post do *Comando*, o grupo afirma: “4. Entidades como UMES, UBES e UNE não nos representam!” (OCUPADAS, 2015d). Aprofundarei nesta questão na próxima seção.

2.2 Métodos de Luta

Quando discutíamos nossos métodos e construíamos nossas ações dentro do movimento secundarista de 2015, sempre esteve presente e concreto que estávamos em um movimento autônomo e horizontal - sem a liderança de uma pessoa específica, de uma escola específica, e principalmente desligado das entidades estudantis. Estes valores podem estar conectados também a uma característica do poder da juventude segundo Liberato:

O poder da juventude, ou da revolta da juventude, vem da potencialização da sua condição transitória, das suas moratórias. Se o operário profissional forjava um projeto de autonomia baseado na sua experiência virtual de autonomia vivida na produção, seja a partir da autonomia vivida e correspondente à sua moratória que a juventude, ou algumas juventudes, forjarão na prática - não intelectualmente - seu projeto de autonomia. (2006, p. 97)

A ação direta foi a prática que utilizamos enquanto parte de uma juventude envolvida com a insurgência de um movimento social em 2015. Entendemos como ação direta:

Ações que não eram efetuadas indiretamente por representantes, mas diretamente pelos interessados, e que afirmavam meios sociais e econômicos e a recusa aos meios "políticos". Fundamentalmente, como apresenta Pedro (2004), a ação direta é um método de intervenção política que se opõe à delegação. [...] O princípio da ação direta, além de tudo, diz respeito à própria forma de organização do movimento. Implica em democracia direta e na recusa a reproduzir internamente os moldes de representação e delegação da democracia burguesa/representativa. (LIBERATO, 2006, p. 55-56)

Existe então, a vinculação entre o movimento estudantil secundarista de 2015 e as táticas de ação direta, expressas na própria ideia da autonomia e horizontalidade como método de luta. Já tratamos dessas ações, mas não as definimos. Os mais de 163 protestos anteriores às ocupas, as assembleias realizadas no interior das escolas durante as ocupações, as próprias ocupações - tática de radicalização usada historicamente por diversos movimentos sociais no Brasil que reivindicam a democratização do acesso à terra e a reforma agrária (Movimentos dos Trabalhadores sem Terra, Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto, etc.), com pretensões diferentes, até mesmo com períodos de duração diferentes - passaram pelo processo de autogestão, uma vez que os agentes participantes passaram a gerir toda a organização da escola por meio das assembleias, e os ocupantes divididos em diversas comissões, dividindo as funções entre elas. Houve a transformação da instituição antes gerida

por um representante do Estado, para a organização dos próprios estudantes que antes não faziam parte da tomada de decisão. A autogestão está presente em cada comissão criada, em cada cuidado com a limpeza, com a segurança, com a alimentação e comunicação da *ocupa*.

Não podemos deixar de mencionar o poder dos trancaços realizados nas ruas, dos *jograis* para melhor comunicação em grandes números, o boicote à prova SARESP, do poder das redes sociais para espalhar informações de movimento, da conexão com mídias alternativas (que trataremos na próxima seção) e por último, e não menos importante, da criação do Comando das Escolas Ocupadas - um órgão de *conselho*: com a ideia primordial de participação direta e rotatividade de poder, onde os estudantes se revezavam para discutir as demandas do movimento, construir deliberações e perpetuar a horizontalidade das ações diretas a partir da própria existência do Comando.

No fim do mês de novembro a página do *Comando* posta ata de assembleia realizada pelas escolas ocupadas de Santo André (cidade no ABC de São Paulo) com os seguintes dizeres:

[...] colocamos em debate e questionamento o acordo firmado entre Umes e governo para transformar as ocupações em "ocupações parciais" (que permitiriam a entrada da direção das escolas e aulas normais). Esse acordo que envolve todas as escolas Ocupadas não foi discutido com os estudantes. [...] reafirmados que: a UMES não representa juridicamente e não representa politicamente os estudantes das escolas ocupadas, sendo apenas uma das entidades que está no apoio. Decidimos que:

1) Não participaremos da Reunião de conciliação, em 27/11, determinada na última audiência, entre UMES e governo. [...] (OCUPADAS, 2015e)

Este conflito com a UMES não foi o primeiro, e nem seria o último entre os estudantes do movimento e entidades estudantis. A horizontalidade fazia parte da base de ação direta dos secundaristas de 2015. Embora “cada ocupação representa[sse] um microuniverso particular, com circunstâncias e personalidades singulares que conferem a ela sua dinâmica própria e identidade [...]” (CAMPOS; MEDEIROS; RIBEIRO, M., 2016, p. 127) , ou seja, uma heterogeneidade de experiências, suas táticas de ação direta eram congruentes. As ocupações como método de luta da categoria estudantil secundarista, o sistema de assembleias e comissões eram formas centrais de organização, e a horizontalidade está expressa em todas elas: não haviam representantes “oficiais” - mesmo que a imprensa insistisse em marcar algumas figuras e instituições específicas, estes não se consideravam uma “frente” dentro das ocupações, nem mesmo símbolo de liderança; todas as decisões passavam por todos os secundaristas dentro das assembleias, e as comissões de limpeza, segurança, comunicação e

alimentação faziam suas reuniões para levar suas demandas e anseios à discussão nas assembleias.

A experiência de ocupar e gerir o espaço e as atividades da escola a partir da instituição de organismos políticos baseados na democracia direta e na ampla participação estudantil e comunitária é bastante representativa [...] Durante o período em que se instituiu o controle estudantil sobre as escolas, a lógica de administração estatal, fortemente baseada na gestão privada, hierárquica e autoritária, foi substituída pelo poder das assembleias estudantis, baseado na gestão coletiva, autônoma e democrática. (BRITO, 2018, p. 74)

Os estudantes de Santo André em sua reunião trazem um tópico importante: o de determinar quais os “espaços” da UMES dentro das ocupações. O papel da UMES (de entidades e partidos políticos como foram o PSOL - Partido Socialismo e Liberdade, e o PSTU - Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado, dentro das *ocupas*) se limita a apoiar as ocupações, e essa relação não é igual em todas elas. Às vezes eram impedidas de entrar nas escolas, às vezes entravam e eram delimitados limites participativos. Algumas ocupações tiveram bons saldos com a presença das entidades, outras ao mesmo tempo que a ajuda era importante, existia uma atmosfera de disputa dentro do próprio movimento. A certeza é que essa dualidade é um fator muito presente neste período de lutas:

Em nosso entendimento, a ideia de dualismo organizacional sintetiza a dinâmica de funcionamento simultâneo, ao mesmo tempo conflitiva e colaborativa, de estruturas ordinárias/oficiais e temporárias/independentes. De fato, com a instituição do Comando, as forças políticas atuantes no movimento foram forçadas a legitimar e submeter-se a este fórum decisório e executivo, sob pena de aprofundar o descrédito de sua base (BRITO, 2018, p. 148)

O Comando se estabelece como uma estrutura de diálogo geral validada dentro das ocupações. Mesmo as ocupações que tinham uma relação muito próxima às entidades reconheciam sua importância para a vitalidade do movimento. A presença das escolas nas reuniões do comando contaram com representantes de 40 colégios.

Diante do exposto, constatamos que, na prática, o Comando se constituiu como um organismo de confluência e difusão de informações, de práticas e de aprendizados produzidos pela espontaneidade das ocupações locais. Tal estrutura promoveu a extensão da reivindicação e da solidariedade prática para além dos limites da capital paulista (vide aumento exponencial do número de ocupações após a convocatória do boicote ao SARESP), adquirindo respeitabilidade e autoridade moral, em detrimento da autoridade formal e artificial reivindicada pelas entidades oficialmente representativas. (BRITO, 2018, p. 147)

Pedindo por uma “unificação” entre essa autoridade formal expressa nas entidades estudantis e o Comando (mesmo com o Comando das Escolas Ocupadas já criado e com reuniões esporádicas), UBES, UPES e UMES resolvem chamar uma segunda - e última realizada por eles - “assembleia dos estudantes” organizada por eles no dia 29/11 em que alegadamente contou a presença de 40 a 50 escolas. O pedido de unificação não teve sucesso, o que reitera a afirmação de Brito (2018) ao explicitar a importância do Comando das Escolas Ocupadas como autoridade moral respeitada dentro do movimento, e que principalmente não contava com representantes de entidades estudantis em seu anterior.

Campos; Medeiros e Ribeiro, M. (2016) faz observações a respeito dos números das assembleias: “Isto implica [os números das assembleias] que mais da metade das cerca de duzentas ocupações não participou de nenhuma destas duas grandes articulações [...]” (2016, p. 173) - atento para a chance de mesmas escolas habitarem as duas assembleias das duas articulações (como foi o caso da minha), podendo alterar essa conta final - mesmo ao mencionar os coletivos das ocupações criados nas regiões periféricas de São Paulo - como é o caso da assembleia organizada pelos estudantes de luta de Santo André e também da Zona Sul já citados neste trabalho - não houve órgão decisório com a mesma importância, autoridade moral e deliberativa que o Comando. Reitero que mesmo os coletivos criados “por região” não tomavam decisões com vinculações gerais, apenas regionais, poder reservado ao Comando.

Dizer que os métodos de luta contra a reorganização não eram apenas as ocupações já é redundante a esta altura, mas se faz necessário: as ocupações só conseguiram ter início a partir dos protestos ocorridos antes dela, pois eles criaram uma rede de comunicação (por meio das redes sociais, das mídias alternativas) e também um início organizacional com a convocação dos protestos, fossem eles mais unificados ou espalhados. A tomada das escolas feita por parte dos estudantes foi resultado da queda dos números de manifestantes dos protestos realizados antes dela, principalmente no final do mês de outubro e começo de novembro, e também com a falta de cobertura da mídia tradicional. Ocupar, embora fosse uma medida radical e inicialmente assustadora, foi uma ação direta contundente e eficaz em seu primeiro momento. Ainda que em ascensão relativa a seus números e com cobertura da mídia tradicional e também independente (porém com abordagens completamente diferentes), as ocupações deixaram de “chocar” a população. É então que os *trancaços* começam travar avenidas por todo o estado de São Paulo e dar mais visibilidade ao movimento. Não só por serem responsáveis por filas quilométricas de carros em horários de pico da cidade, mas

também porque a violência da polícia - que também não inicia na tática dos trancaços, ela está presente em todo o andamento da luta - passa a ser televisionada. Cenas de adolescentes sendo vítimas de golpes de cassetetes e bombas de gás chocaram a opinião pública. A expressão desse choque vem com a queda de popularidade do governador Geraldo Alckmin, divulgada pela Folha de São Paulo, junto com a concordância da opinião pública com o movimento estudantil presentes na pesquisa.

A mídia e as redes sociais têm papel essencial dentro do método de luta: estas eram as formas de ganhar adesão de pessoas no movimento, fossem estudantes, parte da comunidade escolar ou apoio de movimentos políticos.

2.3 Processo de adesão estudantil e popular

As redes sociais foram uma das ferramentas mais importantes dos *secundas* de luta: não apenas se informavam, (tanto amigos próximos quanto desconhecidos a respeito da reorganização), seus malefícios e as reivindicações dos protestos (em todas suas formas, seja como manifestações de rua ou por meio das ocupações). Destacamos aqui a relevância do WhatsApp - por meio dos seus grupos, onde a disseminação de informações eram extremamente rápidas - e do Facebook.

Páginas como “O Mal Educado” e “Não Fechem Minha Escola” tinham grande visibilidade: seus posts mais curtidos alcançaram respectivamente 51.258 e 132.063 contas do *Facebook* (TORI; HOMMA; FIACADORI, 2020, p. 125). O jornalismo independente também foi importante para disparar informes sobre as movimentações dos secundaristas, já que estes não confiavam no jornalismo tradicional. É possível identificar matérias da Folha de São Paulo que tratavam as ocupações deliberadamente como “invasões” dentro do título ou no conteúdo da matéria frequentemente durante o mês de novembro:

Em matéria divulgada no dia 12 de novembro de 2015, cujo enunciado no link consta como “Pais aderem a ato de alunos em SP, mas pedem ocupação sem baderna”, verificou-se que o enunciado foi atualizado para “Pais aderem a ato de alunos em SP, mas pedem invasão sem baderna” (BARROS, 2017, p. 5)

Só em dezembro a Folha começa a modificar a forma de tratamento de “invasões” para “ocupações” (BARROS, 2017, p. 5). Ainda com a troca do termo, a disputa de narrativa declarada pela Folha (e pela maioria das mídias tradicionais) que inicialmente parecia ter o

intento de levar a opinião pública positiva para longe das ocupações, não mudou a visão dos ocupantes para com estes veículos de comunicação.

A imprensa tradicional estava em constante tentativa de entrar em contato com as escolas ocupadas, mas via de regra tinham entrevistas negadas, o mesmo com algumas visitas à escola, salvo exceções providas de acordo entre os ocupantes (geralmente determinadas em assembleias). A comunicação com a mídia era uma das funções das comissões de “comunicação”. O manual “Como Ocupar um Colégio?” traduzido pelo Mal Educado (2015) menciona três comissões que fazem parte de manter comunicação interna e externa - Imprensa, Informação e Relações Externas, em alguns casos, apenas “comissão de comunicação”, como a tratarei por aqui. Essa comissão foi responsável também por traçar relações com outras ocupações, comunicar as necessidades das escolas nas redes sociais, denunciar ações de opositores contra a ocupação e divulgar as aulas públicas, oficinas realizadas no seu interior (bem como convocar pessoas para ministrá-las), e por fim, sempre mediar a comunicação entre as informações que vinham de fora, para dentro das escola. Ela também comumente ministrava as páginas de Facebook (redes sociais no geral, mas principalmente Facebook). É possível dizer que essa comissão (ou conjunto de três comissões, como já mencionamos) se fez essencial para a adesão de apoiadores: fossem eles estudantes ou a população, por suas táticas de espalhamento de notícias e conexões ricas em trocas com outros ocupantes.

Eventos realizados dentro das escolas também podiam fazer embarcar novos simpatizantes do movimento. Um exemplo disso foi a “Virada Ocupação”: idealizado pelo grupo “Minha Sampa” com parceria com 10 ocupações (SAMPA, [s.d.]) pela cidade de São Paulo. Segundo o site do evento, a maioria das escolas tiveram shows apenas internos, mas em uma seria aberta ao público (eles não divulgaram o nome da escola). O evento contou com a colaboração de artistas como Criolo, Emicida, Paulo Miklos, Tico Santa Cruz, Tulipa Ruiz, Rico Dalassam, Maria Gadu, Paola Carosella, entre outros. O apoio de artistas também veio através de composições musicais que exaltavam a insurreição secundarista: o “Trono de Estudar”, composta por Dani Black foi gravada com a colaboração de 20 artistas conhecidos nacionalmente como Chico Buarque, Paulo Miklos, Lucas Silveira, Zelia Duncan. “Ocupar e Resistir”, por sua vez, foi composta por dois secundaristas da época (Fabricio Ramos e Koka) e produzida por Rodolfo Krieger - baixista da banda Cachorro Grande. Talvez o primeiro registro de produções musicais nesta luta tenha sido a produção dos Mcs Foice e Martelo:

“Escola de Luta”, publicada dia 27 de outubro no Youtube. A releitura da música “Baile de Favela” de MC João tomou as ruas nos protestos:

O Estado veio quente
Nóis já tá fervendo (2x)
Quer desafiar
Não tô entendendo
Mexeu com o estudante
Vocês vão sair perdendo (por quê?)
O Fernão é Escola de Luta
Andronico é Escola de Luta
Ana Rosa é Escola de Luta
Fica preparado que se fecha
Nóis ocupa. [...]
(MC FOICE E MARTELO, 2015)

A letra da música foi sujeita a mudanças: em protestos os nomes das “escolas de luta” referenciadas na letra podiam mudar a depender de quem bradava a canção: se sua escola não estivesse dentro da música, você poderia substituir um nome de escola pela sua. Esta se tornou uma música dos protestos antes mesmo das ocupações, espalhando-se por elas depois.

O próprio início da luta secundarista através de manifestações contra a reestruturação, marca um momento essencial de adesão dos estudantes à luta, para assim, organizarem-se as ocupações. E conseqüentemente o aumento das ocupações também servem como “exemplo” para a expansão dessa tática de luta. Os trancamentos das avenidas trouxeram grandes engarrafamentos por toda a cidade, mas também a visibilidade nos jornais e telejornais.

Observa-se que, se por parte dos secundaristas houve uma radicalização progressiva das táticas adotadas para o enfrentamento, o mesmo pode-se dizer das respostas estatais à resistência estudantil. A postura do Governo Estadual ao longo do processo de luta pela reorganização é marcada por uma transição progressiva da estratégia de invisibilização ou minimização do movimento para uma linha de repressão das manifestações e de criminalização dos participantes, no início velada e depois aberta. (BRITO, 2018, p. 58)

No dia 04 de dezembro (sexta-feira) pela manhã o “Bom dia São Paulo” cobriu os protestos do dia anterior. Nele, a repórter Cristiane Amaral dá números relevantes sobre os travamentos ao longo da semana: “Desde o início da semana foram registradas pelo menos 20 manifestações na capital e na grande São Paulo no levantamento da nossa produção. [...] Nestes protestos pelo menos 33 manifestantes foram detidos.” (AMARAL, 2015).

O dia prometia ser longo. Como já comentamos, em 04 de dezembro marcou a pesquisa que divulgou a queda de popularidade de Alckmin e a adesão popular com a causa da reorganização escolar. Não só estavam contra o projeto de reorganização (61% dos

entrevistados), mas também eram favoráveis ao movimento das ocupações (55% dos entrevistados).

No capítulo a seguir mergulharemos em uma análise das três dimensões da práxis estudantil vistas até aqui para investigarmos algumas questões centrais: pode-se dizer que houve um processo de politização dos agentes envolvidos na luta organizada dentro deste período de ocupações? Ou seja, as ocupações podem ter marcado um direcionamento inicial à vida política? Existem características sociais que possam ter ajudado a engendrar um pensamento de inserção no movimento estudantil para esses agentes?

CAPÍTULO 3 - O processo de politização na luta secundarista de 2015.

Althusser em “Sobre a Reprodução” (1999) compreende que a escola é um aparelho ideológico de Estado que exerce a função de reproduzir (perpetuar) a ideologia dominante burguesa. É através do sistema educacional que somos inseridos na divisão social do trabalho de tipo capitalista, e isso contribui para a reprodução das relações de exploração típicas desse modo de produção. A partir disso, podemos compreender que o “lugar” desta pesquisa – a escola – é um local de perpetuação de desigualdades. Para Silva, educação seria:

[...] então, ao mesmo tempo, produção e reprodução, inculcação e resistência, continuidade e descontinuidade, repetição e ruptura, manutenção e renovação. Seria justamente a tensão constante entre esses dois pólos que caracterizaria o processo de funcionamento da educação (SILVA, 1992, p. 59)

Para o autor, esse movimento constante de tensões bilaterais forma relações paradoxais: ao mesmo tempo que se inculca, se resiste. A reprodução de desigualdades dentro das escolas defendida por Althusser, trata de uma incorporação, um tipo de inculcação por parte do Estado, da ideologia dominante. Embora Althusser se atente a explicar o papel da educação, e não necessariamente as ações dos agentes, ele não traz soluções para o problema que aponta. Assim, utilizo de Silva (1992) quando este compreende as relações sociais envolvidas no processo educacional.

A reprodução da ideologia do Estado inculcada na escola traz tensões. Essas tensões têm como resultado resistência. E é aqui que podemos construir uma ponte com o tema central deste trabalho.

Ocupar e Resistir!

Ocupar e Resistir!¹¹

Nos capítulos anteriores nos deparamos com o histórico da luta contra a reorganização escolar, incluído nestes, estratégias de manutenção da luta secundarista estudantil. Essas estratégias estão intrinsecamente conectadas com as ações do governo. Em um movimento contínuo de ação e reação, ou seja, tensões sucessivas. Acompanhamos as reivindicações, os

¹¹ “Palavra de ordem” utilizada nos protestos contra a Reorganização Escolar do governo Geraldo Alckmin em 2015

métodos de luta e a aderência estudantil e popular às atuações do movimento. É possível dizer que essa resistência é resultado de uma relação entre escola e Estado, sendo as instituições escolares compostas por uma categoria estudantil (mesmo não sendo a única que compõe a escola, é o objeto desse trabalho o qual temos nos aprofundado), e o Estado como tendo uma ideologia própria, ligada aos valores do capitalismo. Isso se imprime através de posicionamentos políticos do dirigente do governo do Estado. Podemos identificar esse aparelhamento:

Em um contexto de crise econômica agudizada, foi praticamente consensual entre os opositores da política a compreensão do projeto como uma medida de ajuste fiscal. É importante compreender como essa medida se insere no quadro mais amplo de uma política educacional determinada pelo processo de desenvolvimento do capitalismo e da burguesia no Brasil. Afinal, o caso paulista não foge às tendências gerais da contemporaneidade. (BRITO, 2018, p. 41)

Compreendendo essa relação tensionada entre estudantes e governo expressas até aqui, devemos nos debruçar em como podemos entender a caminhada política estudantil tratada.

Primeiro é crucial que tratemos as ações dos estudantes pelo que elas eram efetivamente: organizadas. Ao contrário do que pode-se entender da juventude, principalmente de uma juventude autodeclarada autonomista - por vezes com suas ações consideradas espontâneas; ingênuas; juvenis, tal como o próprio governo do Estado pareceu tratar o movimento em seu início - esta categoria foi responsável por levantes políticos geracionais na própria América Latina que precedem os secundaristas paulistanos. A “Revolução dos Pinguins” do Chile tem influência direta nesta luta. Não era atoa que bradavam “Acabou a Paz! Isso daqui vai virar o Chile”, nas manifestações.

Segundo Martins (2022) o "Estudiantazo" de 2010 na Argentina foi uma mobilização de estudantes secundaristas contra uma política pública da educação que atingiria a carga horária e plano de estudos de escolas técnicas. A cartilha "Como Ocupar um Colégio?" traduzida e adaptada em 2013 pelo Mal Educado, distribuída nos protestos pré-ocupações de 2015, teve origem neste movimento, escrita inclusive, por uma organização chamada: "Frente de Estudiantes Libertarios [Secundarios Técnicos] - FeL, uma organização de esquerda, independente, aproximada aos ideais libertários e anarquistas, com atuação localizada na cidade de Buenos Aires, que atuava junto a poucos colégios" (MARTINS, 2022, p. 12). Ainda para o mesmo autor, essa cartilha é inspirada na Revolução Pinguina de 2006 e 2007, em que os estudantes chilenos se mobilizaram em 600.000 reivindicando entre outras coisas, a

mudança da Lei Orgânica Constitucional da Educação criada na ditadura militar. (VALDERRAMA, 2013)

Essas mobilizações anteriores à 2015, embora carregadas de diferentes contextos sociais e históricos, heterogêneas dentro de sua própria existência, tiveram congruências e confluências organizativas com nosso objeto de estudo: as ocupações e a aparente horizontalidade de suas ações. Foram movimentos autonomistas expansivos em seus países. Posso dizer que estabelecemos uma relação de admiração e inspiração com o Chile, onde “a Revolta dos Pinguins conquistou, entre outras coisas, a gratuidade das inscrições para o vestibular, o cancelamento da privatização, e a garantia de melhoras sanitárias e de estrutura das escolas.” (COELHO, 2017, p. 24).

Outra congruência está dentro das reivindicações ligadas à políticas públicas de educação que afetavam diretamente os agentes de luta. Nossas reivindicações atacavam um projeto pela sua proposta e justificativas infundadas. Quando o que trato como *reconhecimento* das escolas acontece, outras demandas são levantadas. Conhecendo suas “entranhas” - além do que nos era mostrado e permitido, passamos a ver que ao invés de uma “reestruturação” precisávamos primeiramente de uma estrutura propriamente dita. O que vimos nas escolas foi precarização não só da estrutura física, mas do sistema educacional. Hoje a crítica pode se embasar a partir do entendimento da educação diretamente conectada ao capitalismo, com seus ideais fortemente expressos, e inclusive, a causa dos problemas de suas raízes.

Décio Saes discute o caráter das reivindicações do Movimento Estudantil de 78 na Revista “Cara A Cara”. Ao ler o trecho extraído do texto a seguir, podemos compreender o caráter do objeto desse trabalho.

Quanto aos objetivos, seria interessante lembrar aqui que eles, num extremo da escala, podem se apresentar como puramente corporativos, isto é, problemas estritamente internos a uma unidade de ensino, como por exemplo a reivindicação por melhores aulas, troca de professores, questões de horários e mesmo lutas por apostilas, etc. [...] A seguir, nós temos aquilo que podemos chamar de reivindicações político-corporativas e que constituem a manifestação majoritária no seio do M.E. [Movimento Estudantil] [...] são objetivos que se apresentam como uma expressão tópica, a expressão localizada de objetivos sociais, de uma classe determinada. [...] Um exemplo claro é a própria luta pela liberdade de ensino, a luta pela liberdade de discussão e de pesquisa na universidade. [...] E, finalmente, no ponto máximo da escala teríamos os objetivos puramente políticos, isto é, objetivos que não encontrariam imediatamente uma tradução ao nível das reivindicações mais especificamente corporativas da categoria estudantil. Neste nível, o M.E. se define de modo direto, mais aberto, com relação ao próprio Estado e à luta social. (SAES, 1978, p. 50-51)

A luta contra a Reorganização Escolar, ao conectar-se com uma esfera geral de tensões com o governo, pautando uma motivação específica que atinge aos estudantes como categoria social, está ligada a um movimento de classe por construir um embate de classes, e por essas razões, pode ser classificada como uma luta político-corporativa.

As três dimensões da práxis política estudantil que tratamos têm consequências diretas na sociedade. Reivindicações, métodos de luta e processos de adesão estudantil e popular, embora pareçam individuais, se atravessam a todo momento, na verdade são intrínsecas e codependentes. Cada ação tomada pelo movimento estudantil secundarista de 2015 trouxe as consequências que hoje conhecemos: uma vitória substancial às práticas de um governo que tomou decisões autoritárias, antidemocráticas. A ação coletiva, portanto, dá frutos.

O que é que constitui a realidade do poder social? É a força coletiva (...). Os indivíduos não são os únicos dotados de força; as coletividades possuem também a sua (...). Uma oficina formada por operários cujos trabalhos convergem para um mesmo fim, que é o de obter este ou aquele produto, possui, enquanto oficina ou coletividade, um poder que lhe é próprio: a prova está em que o produto desses indivíduos, assim agrupados, é muito superior ao que havia sido a soma dos seus produtos particulares, se tivessem trabalhado separadamente. Do mesmo modo, a tripulação de um navio, uma sociedade em comandita, uma academia, uma orquestra, um exército, etc., todas estas coletividades (...) contêm um poder, poder sintético e, conseqüentemente, específico do grupo, superior em qualidade e em energia à soma das forças elementares que a compõem (PROUDHON apud GURVITCH, 1983, p. 36)

Até aqui conseguimos compreender que o M.E de 2015 fez parte de uma ação coletiva política, ligada a uma categoria estudantil que tem uma práxis própria e, portanto, causa uma mudança na sociedade. Mas é possível dizer que houve uma politização dos agentes da luta de 2015?

A definição de politização não deve ser feita a partir de uma representação de interesses. Como se politização fosse necessariamente uma coisa positiva, ou ainda negativa, "a politização equivale a uma conversão de algo (questões, agentes) que passa a ser referido como sendo relativo à "política". (CORADINI, 2017, p. 40). Ou seja, para definir politização precisamos primeiramente definir a quem o radical da palavra se refere: política. Mas assim como a politização, esta tem vários significados. Aqui trataremos como política uma forma de relação de poder que diz respeito à formação organizativa de uma sociedade, passível de tomada de decisão, não necessariamente conectadas a um Estado. Que está expressa em nossos corpos e reivindicações, e não apenas em espaços institucionais.

Nesse momento, a política não se define por tomar lugar exclusivamente na esfera pública, distinta da esfera privada, mas atravessa essas linhas repetidas vezes, chamando atenção para a maneira como a política já está nas casas, nas ruas, na vizinhança ou, de fato, nos espaços virtuais que estão igualmente livres da arquitetura da casa e da praça. Então, quando pensamos sobre o que significa se unir em assembleia em uma multidão – uma multidão crescente –, e sobre o que significa se mover pelo espaço público de maneira a contestar a distinção entre o público e o privado, vemos algumas maneiras por meio das quais os corpos, na sua pluralidade, reivindicam o público, encontrando-o e produzindo-o por meio da apreensão e da reconfiguração da questão dos ambientes materiais. Ao mesmo tempo, esses ambientes materiais são parte da ação, e eles mesmos agem quando se tornam a base para a ação. (BUTLER, 2018, p. 52)

E assim, ao ocupar as escolas - espaços públicos gerados pelo Estado - reconfiguramos o funcionamento da escola a partir da autogestão. A tática de “ocupar”, além de ser uma das bases para a ação política dos estudantes, trouxe à escola corpos que reivindicavam o próprio espaço, que estavam constantemente lembrando ao Estado das condições desses espaços públicos, da sua má gestão, e principalmente, quem “possui” esse espaço: “A escola é nossa!”. dizíamos enquanto categoria estudantil. Ela era nossa, mas também era do professor, do diretor, do pai do aluno, e deveria ser gestada para abarcar as necessidades desses agentes. E contestávamos justamente isso.

Esta é uma política ligada ao estudante, que causa uma transformação na sociedade através da combinação de ideais e suas práticas efetivas. “Por sua vez, a práxis política será definida como prática intencional que visa intervir no humano como ser social, ou seja, em suas relações sociais, políticas e econômicas” ((ROSA e SANDOVAL, 2019, p. 319).

A politização da qual nos referimos, esse processo de se tornar político, ou aproximar-se de um âmbito da política, da tomada de decisão, diz respeito, então, a necessariamente uma transformação da sociedade através do desenvolvimento de uma formação política de um indivíduo ou grupo através da luta política (que também é necessariamente transformadora). É compreender processos políticos, envolver-se neles e participar da tomada de decisões.

A politização, porém, é um processo contínuo que é diferente de engajamento político. Entendendo politização como uma transformação do agente para um ser em formação política, trataremos o termo “engajamento” como um sentimento temporário de participação em algo. Por isso, tratamos o termo de politização como mais adequado para o presente trabalho, uma vez que neste processo parece estar expresso nas dimensões da práxis que tratamos. Pois é através da politização que se infere um sentido de transformação da

sociedade, não só é uma pretensão ou uma participação passageira, mas uma realidade independente do seu tempo de duração.

Faz-se importante compreender que mesmo sendo um movimento que não surge através de organizações políticas partidárias, o movimento estudantil consegue se aproximar de processos de politização. Rosa Luxemburgo (2009) em "Greves de Massas, Partidos e Sindicatos" (dentro do livro Rosa Luxemburgo: textos escolhidos) argumenta que não são necessariamente as lutas partidárias ligadas a algum tipo de política institucional que necessariamente são agentes da transformação social. Lutas "espontâneas" - e com espontâneas tratamos como desligadas de organizações pré-determinadas - de setores sociais são responsáveis por verdadeiros levantes de ruptura política. É a partir desse movimento de setores que podemos atrair grandes massas para luta política (inclusive a luta partidária pode entrar "com o bonde andando"). É também a partir dessa luta "espontânea" que se constroem organizações propriamente políticas que reivindicam e constroem ações diretas, sendo possível enxergar a aproximação da politização de agentes.

A queda de Hermann Voorwald e da reorganização parecem ser efeitos ativos da politização, uma vez que os agentes de luta fazem parte de decisões políticas organizadas, conscientes, para alcançar a queda do projeto que se opuseram. Fruto de organização autônoma e horizontal, sem a organização central de entidades estudantis que institucionalmente nos representavam. A ruptura política causada pelo levante das ocupações a partir de táticas de ação direta variadas, fizeram possível, inclusive, que a opinião pública estivesse a favor da movimentação. E não só ela, o apoio direto de setores da esquerda política. Sindicatos, partidos, coletivos já mencionados aqui declararam apoio ao movimento, reconhecendo-o como um levante político. Este processo pode trazer consequências na visão de mundo (de forma por vezes existencial), e também para o desenvolvimento de uma formação e participação política. Discutiremos sobre as consequências da politização na nossa conclusão.

Faz-se interessante considerar o que o próprio *ocupante* entendia deste processo de "tornar político". Este processo têm em suas raízes não apenas o "poder fazer" política, mas necessariamente se entender neste processo de mudança.

João Carlos Cassiano Ribeiro em pesquisa que entrevistou alunos que ocuparam sua escola, os estudantes descrevem momentos de ruptura à respeito de percepções que tinham antes e depois das ocupações sobre a política e seu papel dentro dela: "A escola, os estudantes se politizaram bastante, teve uma melhora, até." (RIBEIRO, J., 2018, p. 137)

[Pergunta: Para você qual o ganho social que o movimento de ocupação conseguiu?
[Entrevistado]: Politização dos estudantes. Visibilidade para a precarização do ensino público. Debates sobre raça, gênero, machismo, que está incluído no gênero, classe, também teve debate. Esses ganhos. A gente começou a ter consciência. Não só as pessoas das ocupações, mas as de fora, a gente compartilhava isso com a família e isso foi enorme, a gente tomou consciência de certos preconceitos naturalizados em nós, a gente tem mudança de percepção. Pregava antes e hoje vê que é babaca. Um grande ganho para a gente! Um processo de construção enorme! (RIBEIRO, J., 2018, p. 138)

O próprio estudante entrevistado aponta para uma politização dos estudantes, considerando este fenômeno como uma melhora, ressaltando não apenas o debate político dentro das ocupações, e a respeito delas, mas também a debates que concernam a outras estruturas sociais. Uma tomada de consciência que atravessa até mesmo as famílias dos estudantes.

Um aluno entrevistado por Livia Maria Coelho (2017) após as ocupações atenta sobre a práxis do movimento e considerá-lo um ponto de ruptura em sua vida:

o pessoal que estava o tempo todo ali, mesmo que nunca tivesse participado de nenhuma decisão política, nunca tinha votado, odiasse política, ela estava praticando ali na ação, colocando em práxis ali na hora, o pouco que ela sabia e aprendendo com os que sabiam mais e eu fui observando essas coisas que foram nítidas assim, que foi garantir ainda mais , tanto a ocupação quanto a minha visão sobre ocupação [...] Nossa mudou muito, mudou demais! Mas o que eu não sei dizer... ainda estou colhendo. (COELHO, 2017, p. 41)

Outra aluna, porém, não se entende enquanto “totalmente politizada”, ao mesmo tempo que considera que “só a luta muda a vida”:

Tanto que uma frase que a gente sempre diz é que a luta muda a vida, só a luta muda a vida. É algo incrível e eu tenho certeza que todo mundo que passou pelas ocupações das escolas não são mais as mesmas pessoas, não tem mais a mesma visão de política, eu consigo hoje eu não sou totalmente politizada mas eu consigo ter um pouquinho mais de consciência e isso foi o que mais me encantou por que o aluno fez muito de garra aquilo, de sede mesmo de mudança e, tanto que a gente se cansou muito, eu fiquei exausta, foi um ano assim que eu me doeie tanto para aquilo que era só aquilo, era muito desgastante mas ao mesmo tempo era muito prazeroso e isso foi fantástico, então o que mais encantou de verdade era a união do aluno e o pensamento de que a gente tava lutando por algo muito maior que aquilo, que a gente não podia parar, a gente precisava ver uma mudança; e realmente houve, a reorganização não aconteceu, as escolas não foram fechadas. (COELHO, 2017, p. 77)

Ou seja, a possível politização em andamento pode depender da experiência e subjetividade do indivíduo. Para a entrevistada, esta não se considera “totalmente politizada”, mas que tem “um pouquinho mais de consciência”, após as *ocupas*. Demonstra aqui uma mudança de visão política comparada ao que tinha antes do movimento. Mas de todo modo, relatos que temos até aqui apontam para uma mudança substancial na vida: “não somos mais as mesmas pessoas”, e essa transformação seria consequência direta da participação no movimento estudantil secundarista.

Esta “tomada de consciência” através do pensamento crítico, segundo Freire (1987), faz parte de um desenvolvimento de forma de se enxergar no mundo:

Distanciando-se de seu mundo vivido, problematizando-o, “descodificando-o” criticamente, no mesmo movimento da consciência o homem se re-descobre como sujeito instaurador desse mundo de sua experiência. Testemunhando objetivamente sua história, mesmo a consciência ingênua acaba por despertar crítica-mente, para identificar-se como personagem que se ignorava e é chamada a assumir seu papel. A consciência do mundo e a consciência de si crescem juntas e em razão direta; uma é a luz interior ida outra, uma comprometida com a outra. Evidencia-se a intrínseca correlação entre conquistar-se, fazer-se mais si mesmo, e conquistar o mundo, faze-lo mais humano. (FREIRE, 1987, p. 8)

A consciência atinge o entendimento dentro do mundo pelo próprio mundo. O despertar crítico te coloca dentro da experiência de “conquistar-se” e conquistar o mundo.

Mais uma vez a subjetividade de minha experiência atravessa esse trabalho. Enquanto agente da luta secundarista de 2015, entendo que passei sim por um processo de politização (e continuo passando), e talvez esse seja o motivo pelo qual escolhi esta reflexão para investigação. Enxergo uma transformação radical de realidades a partir da ruptura social que a luta secundarista de 2015 causou. Embora tivesse feito parte do grêmio no passado, não tinha feito parte de um movimento que fosse o responsável pela mudança de políticas públicas. Não havia enxergado todos os métodos de luta que utilizamos, muito menos dentro das três dimensões que tratamos aqui. A autogestão da escola parecia uma realidade utópica, distante. Fazer parte de cada órgão de decisão da ocupação, de esperar ansiosamente pela volta dos colegas das reuniões do Comando (que eu não cheguei a participar), de ver o desenrolar dos acontecimentos com muita atenção, cuidado - mesmo não podendo dormir na escola - estar sempre pensando no próximo passo político em conjunto com meus colegas com muita apreensão do que poderia acontecer (principalmente da ação da polícia e de jurisdições que tinham o potencial de nos tirar dali sem sabermos como), a partir de cada conflito político interno - causa de minhas idas e vindas da ocupação a partir da metade dela. Tanto considero

minha época dentro do M.E. parte de uma iniciação à caminhada da politização que entendo que foi o que me fez estudar Ciências Sociais. Queria entender mais de processos políticos, da sociedade, de seus problemas. Reflexões que podem fazer parte de uma “tomada de consciência”. Mas fui só uma entre tantos agentes da luta secundarista de 2015.

Importante salientar que a intenção aqui não é compreender uma relação de “causa/efeito” entre a luta secundarista e a politização, mas sim de levantar a possibilidade de um fenômeno político dentro de uma atividade autodeclarada política e evidentemente heterogênea dentro de si, que faz parte de uma discussão de uma política de estado.

A próxima questão a ser tratada diz respeito aos “por quês” da inserção do jovem dentro de atitudes políticas, não necessariamente ligadas à politização, mas sim a um engajamento político - que pode direcionar a um processo de politização.

Marialice Foracchi analisa em “O estudante e a transformação da sociedade brasileira” a inserção dos estudantes em movimentos sociais. Primeiramente, a autora busca compreender a conexão entre o estudante, a família e o trabalho:

Nas diferentes relações de manutenção objetivam-se em suma, modos distintos de vinculamento do jovem ao sistema global. Num primeiro momento esse processo se efetua por intermédio da família, que é a unidade ativa de manutenção. Num momento subsequente, a emancipação relativa, proporcionada pelo trabalho, altera o modo de vinculação do jovem ao sistema, convertendo-o numa unidade ativa de manutenção, e como que reafirmando a matriz sócio-econômica que gera os vínculos. É na medida em que se diversifica o modo de vinculação ao sistema e que se reelaboram as alternativas de emancipação que o jovem se constitui como categoria social. (FORACCHI, 1977, p. 59)

A família exerce uma série de configurações que condicionam atitudes e valores sobre o jovem, que ao mesmo tempo toma decisões que modificam esses fatores ao tornarem-se cada vez mais autônomos, e esse processo de autonomia também tem a ver com a inserção no trabalho. O trabalho garante ao estudante a própria manutenção, e assim, mais autonomia.

Porém, enquanto estudante, ele não se torna efetivamente produtivo, mas sim, potencialmente produtivo. Nesse processo de modificação, o jovem faz parte de uma categoria social.

A resposta possível e a resposta adequada à indagação inicial – porque o jovem estudante se engaja numa ação de conteúdo radical – devem ser procuradas e formuladas nos limites da própria condição social de estudante, isto é, nas fronteiras do vinculamento e envolvimento ao sistema que o produz. (FORACCHI, 1977, p. 172)

Compreendendo o estudante como uma categoria social, Foracchi indica que a investigação da motivação de inserção política do jovem - (seu objeto de estudo é o universitário) pode estar dentro de suas condições sociais – que têm a influência da família e do trabalho.

Durante o período em que se instituiu o controle estudantil sobre as escolas, a lógica de administração estatal, fortemente baseada na gestão privada, hierárquica e autoritária, foi substituída pelo poder das assembleias estudantis, baseado na gestão coletiva, autônoma e democrática. Neste efêmero contexto, estudantes oriundos da classe trabalhadora experimentaram pela primeira vez o poder de redesenhar o espaço e replanejar o conteúdo escolar através de seu esforço coletivo, se tornando efetivamente agentes em um espaço social em que são cotidianamente forçados à passividade. (BRITO, 2018, p. 74)

Estudantes de escola pública foram os responsáveis pela luta contra a reorganização escolar. Estes estudantes, oriundos da classe trabalhadora, muitos já inseridos no mundo do trabalho, enxergaram nas ocupações o surgimento do “poder fazer”: de se enxergar dentro da lógica da sociedade a partir de seu contexto social, de compreender que fazer parte de uma escola pública é precisar ter um constante ímpeto de resistir à decisões antidemocráticas que necessariamente afetam seu presente e futuro.

Assim, concluímos com apontamentos de mudança evidente em relação à visão política dos participantes do movimento antes e depois das ocupações, e por vezes processos de politização autodeclarados. Quanto ao ímpeto do envolvimento com o M.E., seu contexto social (classe, raça, gênero) e sua família podem ter incentivado uma força inicial direcionada ao questionamento político. “De todo modo, por sua intensidade e forma, e haja vista que os embates não cessaram, é inegável que essa experiência teve importante impacto no processo de formação política dos secundaristas, fortalecendo-os para os combates vindouros.” (MELLO; CATINI, 2016, p. 1194).

Conclusão

A reconstrução histórica entre as tensões do governo e o M.E. traz um “pontapé inicial” para o entendimento do que foi a luta contra a reorganização escolar, um projeto feito de forma impositiva aos estudantes de São Paulo pelo governo PSDB, sem consulta prévia ou até mesmo diálogo realmente ativo, mesmo após o início dos protestos que ansiavam por um diálogo do projeto, logo em setembro. Assim, uma guerra foi declarada pelo governo do Estado: eles revidariam a toda tentativa do M.E. de ação direta com as ferramentas institucionais que pudessem. Essas ações diretas foram entendidas enquanto parte da práxis do movimento nas expressões de reivindicações, métodos de luta e processos de adesão estudantil e pública às demandas do M.E. Essas três dimensões foram objeto de análise com a ajuda do arcabouço das mídias sociais, portais de notícia, escritas bibliográficas e empíricas dos estudos ao redor do M.E. dentro de suas três dimensões da práxis estudantil vistas até aqui.

Essas três dimensões apontam para a probabilidade da luta contra a reorganização escolar de 2015 ter presente processos de politização em relação aos seus agentes, estes parte de uma categoria social - a estudantil, conectados à uma juventude. Mas quais as consequências dessa politização? Houveram desdobramentos da politização daqueles que podem de fato ter passado por esse processo durante o M.E. de 2015?

Considero que a politização é um processo contínuo, pois a política carrega consigo as constantes mudanças de contextos históricos e sociais junto a ela, transformando-se e reinventando novas ações, táticas. Entendendo essa noção de continuidade, a seguir, alguns depoimentos dos desdobramentos da luta estudantil de SP em 2015 que dão sentido à uma politização que pode ter transformado a vida do estudante:

Para mim marcou um compromisso, eu quero ser professor, quero trabalhar com educação e não é a toa, isso já foi bem marcante, tomar essa decisão. Acho que antes eu, em 2015, já queria fazer isso, mas a ocupação me deixou com um compromisso muito mais combativo, combativo pra estar na sala de aula, ou então como estudante mesmo, como cidadão, de lutar por outras coisas na vida, o compromisso da ocupação me trouxe essas coisas também, porque são várias contradições na vida. E mudou... todo mundo amadureceu no modo de criticar, de perceber intenções de organizações [...] (COELHO, 2017, p. 41)

Neste depoimento, o entrevistado entende que existe um “compromisso combativo” com relação a profissão de professor, que inclusive parece ser uma provável consequência da

própria ocupação enquanto movimento. Diria que comigo aconteceu um processo parecido. Fazer licenciatura com certeza não foi um acaso. Foi uma decisão tomada a partir do entendimento de que a profissão de professor - principalmente aquele que trabalha com sociologia tem o papel de trazer questionamentos à sociedade em que vivemos, despertar o pensamento crítico em seus alunos, o que não deixa de ser um compromisso combativo.

Em outro depoimento, a estudante compreende que “tem poder em mãos” a partir da experiência das ocupações:

Não é que abre a mente. Sabe quando você é acomodado? É isso. Era acomodada. Era uma pessoa que sabia o que eu era, sabia o que queria, quem eu era, o poder que tinha em mãos, mas eu ficava dentro de uma caixinha e não saía dela (risos). A ocupação foi o que me fez sair dela. Parei pensei, você tem poder em mãos e só está ali, ali, ali. Não era alienada! Era acomodada! Eu sabia o que eu buscava. A ocupação serviu para isso, como pessoa. Hoje em dia vou mais em manifestação, antes não ia. Gostava, apoiava, mas não ia. (RIBEIRO, J., 2018, p. 68).

Esta mesma estudante faz um paralelo entre o que queria antes e o que passou a querer como profissão a partir de uma certa influência (não escrachada, mas sutil) da ocupação em sua vida: “Pensei não só na ocupação, mas também no que eu era antes e o que após me levou. Aí decidi cursar serviço social.” (RIBEIRO, J., 2018, p. 67).

Outro, escolheu a licenciatura em filosofia com a pretensão de melhorar o ensino público:

Tanto que antes meu plano de vida era fazer arquitetura, ter meu dinheiro, minha casa, dar uma boa vida aos meus pais e pronto! Só que eu vi que não era essa vida que eu queria para mim. Depois da ocupação eu vi que queria fazer filosofia, estudei, passei, e estou estudando para ser professor, exatamente porque eu acredito que o ensino público é muito precarizado, então a gente tem que fazer o máximo para melhorar isso. (RIBEIRO, J., 2018, p. 76)

Quanto a consequências históricas que a luta estudantil causou em um âmbito “macro”, podemos destacar o movimento das ocupações de 2016, inicialmente por conta da merenda nas Escolas Técnicas de São Paulo, ocupando o Centro Paula Souza: “Quem pulou, realmente, o muro do Centro Paula Souza foram os estudantes de Escolas Estaduais do movimento do ano passado. Os estudantes das Escolas Técnicas foram a reboque, foram depois que já tinham pulado; aí pularam. Isso mostra um pouco a diferença.” (VAZ; BARROS; GIL, p. 105-106, 2016).

Posso dizer que este estudo é consequência direta de processos de politização da luta que participei, porque sei que se não tivesse participado, provavelmente não despertaria essa

curiosidade com o social, com os estudos empíricos. Só ingressei na licenciatura em Ciências Sociais ao entender que só a luta (dentro de suas tantas expressões) muda a vida.

REFERÊNCIAS

A ESCOLA É Nossa!. Direção de Othilia Balades. São Paulo: Produção Independente, 2020. Colorido. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=vaT6KpdU1KU>

ALTHUSSER, Louis. Ideologia e aparelhos ideológicos de Estado (Notas para uma pesquisa) In: **Sobre a reprodução**. Petrópolis, Vozes, 1999, p. 253-274.

AMARAL, Cristiane. Estudantes que participavam de protesto são levados para delegacia na Zona Leste. **Bom dia SP**. São Paulo: Rede Globo, 4 de dezembro de 2015. Programa de TV.

ARAÚJO, Glauco. Após reunião, aulas serão retomadas nesta quarta-feira na Fernão Dias. **G1 São Paulo**. São Paulo, 05 jan. 2016. Disponível em: <https://g1.globo.com/sao-paulo/escolas-ocupadas/noticia/2016/01/apos-reuniao-aulas-serao-retomadas-nesta-quarta-feira-na-fernao-dias.html>

ATHAS, Fernanda. Professores de SP fazem novo ato contra reforma em ciclos de ensino. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 20 de outubro de 2015. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2015/10/1696215-professores-de-sp-fazem-novo-ato-conta-reforma-em-ciclos-de-ensino.shtml>

BARROS, Yohanan Sousa. **As ocupações de escolas e a Folha de S. Paulo em 2015**. 2017. 36 f. TCC (Graduação) - Curso de Licenciatura Plena em Ciências Sociais, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2017.

BOTTOMORE, Tom. **Dicionário do Pensamento Marxista**. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

BRITO, Luciana Ribeiro de. **“VOCÊ FECHA MINHA ESCOLA E EU TIRO O SEU SOSSEGO”: OCUPAÇÕES SECUNDARISTAS E MOVIMENTO ESTUDANTIL**. 218. 213 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2018.

BUTLER, Judith. **Corpos em aliança e a política das ruas: notas para uma teoria performativa de assembleia**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

CAMPOS, Antonia M.; MEDEIROS, Jonas; RIBEIRO, Marcio M.. **Escolas de Luta**. São Paulo, Veneta (Coleção Baderna), 2016.

CAPRIGLIONE, Laura. Secretaria de Educação prepara “guerra” contra as escolas em luta! **Jornalistas Livres**. São Paulo, 29 nov. 2015. Disponível em: <https://jornalistaslivres.org/secretaria-de-educacao-prepara-guerra-contra-as-escolas-em-luta/>. Acesso em: 20 abr. 2022.

CATINI, Carolina de Roig; MELLO, Gustavo Moura de Cavalcanti. ESCOLAS DE LUTA, EDUCAÇÃO POLÍTICA. **Educ. Soc., Campinas**, São Paulo, v. 37, n. 137, p. 1177-1202, nov. 2016.

CAVALCANTE, Sávio; ARIAS, Santiane. A divisão da classe média na crise política brasileira (2013-2016). In: BOUFFARTIGUE, Paul et al. **O BRASIL E A FRANÇA NA MUNDIALIZAÇÃO NEOLIBERAL: mudanças políticas e contestações sociais**. São Paulo: Alameda, 2019. p. 97-125.

CORADINI, Odaci Luiz. A politização em condições politicistas: alguns problemas analíticos e resultados de trabalhos. **Política & Sociedade**, [S.L.], v. 16, n. 37, p. 36-75, 22 dez. 2017. Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). <http://dx.doi.org/10.5007/2175-7984.2017v16n37p36>.

DANTAS, Carolina. Professores e alunos de SP fazem ato em frente à Secretaria da Educação. **G1 São Paulo**, 20 de outubro de 2015. Disponível em: <https://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2015/10/professores-e-alunos-de-sp-fazem-ato-em-frente-secretaria-de-educacao.html>

DENZIN, Norman K.; LINCOLN, Yvonna S.. Introdução: a disciplina e a prática da pesquisa qualitativa. In: DENZIN, Norman K.; LINCOLN, Yvonna S.. **O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens**. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2007. p. 15-41

EDUCADO, O Mal. **AMANHÃ CEDO, OCUPE SUA ESCOLA!** [s.l.] 15 de nov. 2015c. Facebook: O Mal Educado. Disponível em: <https://www.facebook.com/291834600950292/photos/a.301502323316853/721444521322629>. Acesso em: 15 abr. 2022.

EDUCADO, O Mal. **ESCOLA ESTADUAL DIADEMA OCUPADA POR ESTUDANTES!** [s.l.], 10 nov. 2015b. Facebook: O Mal Educado. Disponível em: https://www.facebook.com/permalink.php?story_fbid=719527288181019&id=291834600950292. Acesso em: 20 abr. 2022.

EDUCADO, O Mal. **Ocupações resistem aos ataques de Alckmin**. 01 de dez. 2015d. Facebook: O Mal Educado. Disponível em: <https://www.facebook.com/mal.educado.sp/videos/726480497485698/>. Acesso em: 10 abr. 2022.

EDUCADO, O Mal. **UMES BUFFET**. [s.l.], 23 out. 2015a. Facebook: O Mal Educado. Disponível em: <https://www.facebook.com/mal.educado.sp/photos/a.301502323316853/714207888712959/>. Acesso em: 05 abr. 2022.

Escola de Luta. MC Foice e Martelo. [sl.], 2015, (2 min 55 seg)

ESCOLA, Não Fechem Minha. **ATO UNIFICADO DE VÁRIAS ESCOLAS NA AVENIDA PAULISTA**. 06 out. 2015c. Facebook: Não Fechem Minha Escola. Disponível em: <https://www.facebook.com/naofechemminhaescola/posts/1485850565043239>. Acesso em: 20 abr. 2022.

ESCOLA, Não Fechem Minha. **E. E. Jardim Aracati II ocupada, mas polícia a desocupa com violência e sem mandado!** 17 de nov. 2015a. Facebook: Não Fechem Minha Escola.

Disponível em: <https://www.facebook.com/naofecheminhaescola/posts/1493968280898134>. Acesso em: 15 abr. 2022.

ESCOLA, Não Fechem Minha. **Estudantes denunciam violência policial**. 20 de nov. 2015b. Facebook: Não Fechem Minha Escola. Disponível em: <https://www.facebook.com/naofecheminhaescola/posts/1494622790832683>. Acesso em: 10 abr. 2022.

FIGUEIREDO, Ocupação Fidelino. **Ocupantes do Fidelino são atacados pela diretora**. 28 dez. 2015. Facebook: Ocupação Fidelino Figueiredo. Disponível em: <https://www.facebook.com/fidelinocontradivisao/videos/963806353686325/>. Acesso em: 20 abr. 2022.

FOLHA de São Paulo. Com boicote de secundaristas, SARESP foi feito por 80% dos estudantes. **Folha de São Paulo**. São Paulo, jan. 2016. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2016/02/1737081-com-boicote-de-secundaristas-sar-esp-foi-feito-por-80-dos-estudantes.shtml>

FORACCHI, Marialice. **O estudante e a transformação da sociedade brasileira**. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1977.

FREIRE, Paulo. **PEDAGOGIA DO OPRIMIDO**. 23. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1987.

G1 SÃO PAULO. Estudantes bloqueiam Avenida Nove de Julho durante protesto em SP. **G1 São Paulo**, dez. de 2015a. Disponível em: <http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2015/12/estudantes-bloqueiam-avenida-nove-de-julho-durante-protesto-em-sp.html>. Acesso em: 16 maio 2021.

G1 SÃO PAULO. Grupo protesta contra mudanças em escolas estaduais em SP. **G1 São Paulo**, out. de 2015c. Disponível em: <http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2015/10/manifestacao-bloqueia-parte-da-avenida-paulista1.html>

G1 SÃO PAULO. Justiça suspende reintegração de posse em escolas ocupadas em SP. **G1 São Paulo**, nov. de 2015b. Disponível em: <http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2015/11/justica-suspende-reintegracao-de-posse-em-escolas-ocupadas-em-sp.html>. Acesso em: 15 maio 2021.

GONÇALVES, Marco Antônio; MARQUES, Roberto; CARDOSO, Vânia Z., **Etnobiografia**: subjetivação e etnografia. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2012.

GURVITCH, G. **Proudhon**. Lisboa: Edições 70, 1983

LIBERATO, Leo Vinicius Maia. **Expressões Contemporâneas de Rebeldia: poder e fazer da juventude autonomista**. 2006. 269 f. Tese (Doutorado) - Curso de Programa de Pós Graduação em Sociologia Política, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006.

LUXEMBURGO, Rosa. Org. Isabel Loureiro. **ROSA LUXEMBURGO**: textos escolhidos.. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

MARTINS, Fernando José. **ANDANÇAS LATINAS DAS OCUPAÇÕES DAS ESCOLAS**:. **Exitus**: Origens e conexões “hermanadas” até o Brasil, Santarém, v. 12, n. 022018, p. 1-25, jul. 2022.

MENDONÇA, Ricardo. Popularidade de Alckmin atinge pior marca, aponta Datafolha. **Folha de São Paulo**. dez. 2015. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2015/12/1714813-popularidade-de-alckmin-atinge-pior-marca-aponta-datafolha.shtml> .Acesso em: 15 maio 2021.

OCUPADAS, Comando das Escolas. **Ata da assembleia dos estudantes das escolas ocupadas de Santo André**. 26 nov. 2015e. Facebook: Secundaristas em Luta de São Paulo. Disponível em: https://www.facebook.com/permalink.php?story_fbid=776267952495389&id=774315626023955 . Acesso em: 21 abr. 2022.

OCUPADAS, Comando das Escolas. **Ata de Assembleia - 23 de novembro**. 23 nov. 2015a. Facebook: Secundaristas em Luta de São Paulo. Disponível em: https://www.facebook.com/permalink.php?story_fbid=775081902613994&id=774315626023955 . Acesso em: 21 abr. 2022.

OCUPADAS, Comando das Escolas. **Ata de reunião do Comando de Escolas Ocupadas [25 de novembro]**. 26 nov. 2015d. Facebook: Secundaristas em Luta de São Paulo. Disponível em: <https://www.facebook.com/774315626023955/photos/a.774610605994457/776237355831782> . Acesso em: 21 abril. 2022.

OCUPADAS, Comando das Escolas. **Manifesto do Comando das Escolas Ocupadas [21 de novembro]**. 21 nov. 2015b. Facebook: Secundaristas em Luta de São Paulo. Disponível em: https://www.facebook.com/permalink.php?story_fbid=774418429347008&id=774315626023955 . Acesso em: 15 abr. 2022.

OCUPADAS, Comando das Escolas. **Pronunciamento E.E. Diadema**. 06 dez. 2015c. Facebook: Secundaristas em Luta de São Paulo. Disponível em: https://www.facebook.com/permalink.php?story_fbid=780862735369244&id=774315626023955 . Acesso em: 21 abr. 2022.

RIBEIRO, João Carlos Cassiano. **Ocupar e resistir: sentidos e significados atribuídos por alunos ao movimento de ocupação de uma escola pública paulista**. 2018. 193 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Mestre em Educação: Psicologia da Educação, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2018.

RIBEIRO, Rejane Arruda; PULINO, Lúcia Helena Cavasin Zabotto. Outubro, 2016, Brasil - As ocupações de escolas brasileiras da rede pública pelos secundaristas: contextualização e caracterização. **Psicologia Política**, Florianópolis, v. 19, n. 45, p. 286-300, ago. 2019.

ROSA, L. A., SANDOVAL, S. A. M. Ocupação Estudantil no Instituto Federal de Catanduva (SP): potência, desenvolvimento e práxis. **Psicologia Política**, v. 19, nº 45, p. 317-334, ago. 2019.

SAES, Décio. Entrevista com Décio Saes. **Cara A Cara**, [s. l], n. 1, p. 49-57, maio de 1978. Semestral.

SAMPA, Minha. **[VIRADA] Ocupação**. [s.d]. Disponível em: https://www.viradaocupacao.minhasampa.org.br/?fbclid=IwAR33le7ZNIscqFsxC_FFzrzc0G5vQb8fokjTjcDaviSDm1HsT4qqhFGaCE. Acesso em: 25 abr. 2022.

SÃO PAULO. **Decreto nº 61.672, de 30 de novembro de 2015**. Reorganização Escolar. Secretaria do Governo, São Paulo, 2015.

SÃO PAULO. **Decreto nº 61.692, de 04 de dezembro de 2015**. Revoga o Decreto nº 61.672, de 2015 Secretaria do Governo, São Paulo, 2015.

SILVA, Tomaz Tadeu da **O que produz e o que reproduz em educação: ensaios de Sociologia da Educação**. Porto Alegre, Artes Médias, 1992.

SOARES, Will. Alunos fecham parte da Av. Paulista em protesto contra reforma no ensino. **G1 São Paulo**, out. de 2015. Disponível em: <https://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2015/10/estudantes-bloqueiam-faixas-da-av-paulista-e-m-protesto-contr-reforma.html>. Acesso em: 11 nov. 2021.

SOUZA, Marcele. Confira a lista das escolas de SP que podem fechar, segundo o sindicato. **APEOESP**. São Paulo, 09 de outubro de 2015. Disponível em: <http://www.apeoesp.org.br/noticias/manifestacoes-contr-a-bagunca-da-s-e/confira-a-lista-das-escolas-de-sp-que-podem-fechar-segundo-o-sindicato/>

SUL, Bloco de Luta Contra A Reorganização das Escolas Zona. **3º GRANDE ATO CONTRA A REORGANIZAÇÃO ESCOLAR**. 10 nov. 2015. Facebook: Bloco de Luta Contra a Reorganização das Escolas Zona Sul. Disponível em: <https://www.facebook.com/events/495867543920188/?ref=newsfeed>. Acesso em: 20 abr. 2022.

TOLEDO, Luiz Fernando; SALDANA, Paulo; VIEIRA, Víctor. Rede estadual de SP tem 15% de escolas com sala lotada. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 14 de novembro de 2015. Disponível em <https://educacao.estadao.com.br/noticias/geral/rede-estadual-de-sp-tem-15-de-escolas-com-sala-lotada,10000001967>

TOMAZ, Kleber. PM não permitirá que alunos obstruam principais vias de SP, diz secretário. **G1 São Paulo**. São Paulo, 02 dez. 2015. Disponível em: <https://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2015/12/pm-nao-permitira-que-alunos-obstruam-principais-vias-de-sp-diz-secretario.html>

TORI, Lucca Amaral; HOMMA, Luana Hanaê Gabriel; FIACADORI, Giuliana. **Coletivo e o uso das redes: o caso das ocupações das escolas de São Paulo em 2015**. Simbiótica,

Vitória. v.7, n. 3, jul-dez, 2020. Disponível em:
<https://periodicos.ufes.br/simbiotica/article/view/33697/22456>

VALDERRAMA, Lorena B. **Jóvenes, Ciudadanía y Tecnologías de Información y Comunicación. El movimiento estudiantil chileno.** Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez y Juventud, v. 11, n. 1, 2013.

VAZ, Rodrigo de Oliveira Feitosa; BARROS, Andrea Saraiva de; GIL, Ana Carolina Martins. Quando os afetos batem com os bicos nas janelas: uma entrevista corajosa.. **Em Debate**, [S.L.], n. 16, p. 95-115, 10 out. 2018. Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). <http://dx.doi.org/10.5007/1980-3532.2016n16p95>.

VOORWALD, Herman. Café em Rede - **ConversAção: Reorganização Escolar.** Videoteca (<http://rededosaber.sp.gov.br/portais/Default.aspx?tabid=179>). Secretaria da Educação, São Paulo. 29 de setembro de 2015b. Palestra.

VOORWALD, Hermann. Secretário da Educação esclarece dúvidas sobre a mudança na divisão de alunos nas escolas. Entrevistador: Rodrigo Bocardí. **Bom dia SP [Educação]**. São Paulo: Rede Globo, 23 de setembro de 2015a. Programa de TV.